

A NOVA ROTA DA SEDA E A PROJEÇÃO ECONÔMICA INTERNACIONAL DA CHINA: REDES DE FINANCIAMENTO E FLUXOS DE INVESTIMENTO EXTERNO DIRETO (IED)

Marco Aurélio Alves de Mendonça¹
Carlos Renato da Fonseca Ungaretti Lopes Filho²
Juliana Kelly Barbosa da Silva Oliveira³

SINOPSE

O estudo analisa a Nova Rota da Seda, ou Belt Road Initiative (BRI), inserindo a iniciativa em um quadro mais amplo de internacionalização do desenvolvimento chinês. Nesse sentido, são mapeadas as redes de financiamento e os fluxos globais de investimento externo direto (IED) da China. Argumenta-se que a iniciativa ainda está construindo as condições necessárias para potencializar os fluxos de IED para os países integrados à iniciativa. Os bancos políticos (*policy banks*) e comerciais da China, assim como instituições multilaterais de crédito, desempenham papel relevante na construção de um ecossistema que fomente relações econômicas mais robustas entre a China e os países da BRI.

Palavras-chave: China; Belt and Road; Investimento Externo Direto; financiamentos; infraestrutura.

ABSTRACT

The study analyzes the New Silk Road, or Belt Road Initiative (BRI), placing the initiative in a broader framework of internationalization of Chinese development. In this sense, China's financing networks and global flows of outward foreign direct investment (FDI) are mapped. It is argued that the initiative is still building the necessary conditions to boost FDI flows to the countries that are part of the initiative. China's policy and commercial banks, as well as multilateral credit institutions, play an important role in building an ecosystem that fosters stronger economic relations between China and the BRI countries.

Keywords: China; Belt and Road; Foreign Direct Investment; finance; infrastructure.

JEL: F6; F10; F30; F34; F50; F55; F59.

Artigo recebido em 21/10/2021 e aprovado em 14/12/2021.

DOI: <http://dx.doi.org/10.38116/bepi31art1>

1 INTRODUÇÃO

Este artigo focaliza a Nova Rota da Seda (*New Silk Road*) ou Belt and Road Initiative (BRI), um conjunto de programas de investimentos chineses, inicialmente focados em infraestrutura, lançado em 2013, pelo presidente Xi Jinping, que constitui uma grande plataforma de aplicação de investimentos em diversos setores produtivos. Provavelmente ele resulta de um projeto de globalização com características chinesas (Pautasso, Doria e Nogara, 2020) e certamente serve aos objetivos de desenvolvimento e segurança do país no longo prazo.

1. Técnico de planejamento e pesquisa na Diretoria de Estudos e Relações Econômicas e Políticas Internacionais (Dinte) do Ipea.

2. Pesquisador do Programa de Pesquisa para o Desenvolvimento Nacional (PNPD) na Dinte/Ipea.

3. Pesquisadora do PNPD na Dinte/Ipea.

Naturalmente, o projeto de integração da Eurásia, sob liderança da China, além de ilustrar a redistribuição de poder mundial desde a década de 1970, gera tensionamentos com os Estados Unidos e seus aliados. Como evidência dessas disputas, os países do G7, em reunião de cúpula em junho de 2021, anunciaram a criação de um projeto “rival” da BRI, conhecido como Reconstruir um Mundo Melhor (Build Back Better World – 3BW), cujo objetivo é mobilizar o setor privado para promover investimentos em infraestrutura no mundo em desenvolvimento.

Para conseguir seu intento, e com a finalidade de financiar os projetos BRI, a China mobilizou um grande conjunto de bancos públicos e comerciais. Também criou fundos específicos de financiamento, além de permitir e incentivar a participação de bancos multilaterais de desenvolvimento (BMD). Como resultado, houve também um significativo fluxo de capitais chineses, os quais têm potencial de afetar positivamente as economias hospedeiras dos projetos BRI, ainda que com a presença de contradições e efeitos colaterais desse movimento.

O texto, além desta introdução, está organizado da seguinte forma: a primeira seção aborda brevemente os antecedentes da BRI, destacando a estratégia *Going Global* e o papel da crise financeira de 2008, que forçou mudança de rumos na trajetória de desenvolvimento chinesa. A segunda seção tem o papel de descrever a Nova Rota da Seda, incluindo os canais de financiamento da iniciativa. A terceira seção objetiva descrever o panorama de investimentos chineses, sobretudo em decorrência da BRI. Por fim, há as considerações finais.

2 REFORMA E ABERTURA E TRAJETÓRIA DE DESENVOLVIMENTO (1978-2008)

As políticas liberalizantes introduzidas por Deng Xiaoping no final da década de 1970 afetaram decisivamente a economia chinesa. A reforma começou pelo campo, onde produtores rurais receberam direitos de propriedade antes inexistentes. O efeito sobre produção e renda agrícolas foi significativo e esses benefícios logo se espalharam pelo restante da economia,⁴ mobilizando recursos para infraestrutura e indústria (Kroeber, 2020).

O desenvolvimento dos setores intensivos em ciência e tecnologia igualmente se constituíram fundamentais para a superação dos atrasos econômico e tecnológico chineses. No entanto, o elemento crucial parece ter sido a decisão de integrar o país à globalização econômica (Bijian, 2005). Esse processo se deu de forma gradual, regulada e pragmática, sendo amparada em dois vetores centrais: abertura comercial e atração de capital estrangeiro.

Para Cunha e Acioly (2009), o processo obedeceu a certas etapas, tendo em vista as dificuldades em se introduzir mecanismos de mercado em uma economia de planejamento central e as necessidades políticas domésticas, dada a existência de focos de resistência ao reformismo.

As reformas pautaram-se então pelo equilíbrio entre planejamento centralizado e descentralizado, tendo muitas vezes ocorrido num ritmo de vai-e-vem (Kroeber, 2020); e pela introdução gradual dos mecanismos de mercado e a inserção das chamadas zonas econômicas especiais (ZEE), que permitiram

4. Na China atual, a agricultura representa apenas 8% do produto interno bruto (PIB), enquanto a indústria e os serviços representam cada um mais de 40% (Kroeber, 2020).

a experimentação de reformas e políticas num ambiente controlado;⁵ além da absorção de tecnologias e práticas de gestão modernas utilizadas por outros países. A expansão das exportações foi beneficiada pela constituição de um eixo sino-americano de complementaridades produtivas, comerciais e financeiras (Pinto, 2010), e igualmente favorecida pelo ingresso da China na Organização Mundial do Comércio (OMC), em 2001.

A partir dos anos 1990, o modelo de crescimento centrado em exportações entrelaçou-se a uma nova dinâmica doméstica. Com isso, houve elevação dos investimentos públicos em infraestrutura e políticas industriais voltadas à elevação da produtividade e à melhoria das práticas gerenciais por parte das empresas estatais (*state owed enterprises* – SOE) (Pinto, 2010).

A mobilização de recursos voltados para a infraestrutura, essenciais para sustentar o crescimento, exigiu a evolução institucional dos canais de financiamento internos. Assim, a China foi capaz de se inserir de forma virtuosa nas cadeias de produção e comércio em nível regional e global, elevando de forma significativa sua participação do comércio exterior e progressivamente avançando em termos de sofisticação de seu aparato produtivo.

2.1 Estratégia *Going Global*: internacionalização da economia chinesa

Para dar conta da crescente demanda por recursos para sustentar o acelerado ritmo de crescimento, o Estado decidiu encorajar a internacionalização das empresas chinesas. A primeira estratégia nesta direção é conhecida como *Going Global*.⁶ Kotz e Ouriques (2021) recordam que a projeção global dos investimentos chineses foi pensada inicialmente como forma de assegurar o acesso a recursos naturais, especialmente hidrocarbonetos, sendo posteriormente ampliada para abarcar outros propósitos e segmentos.

Segundo Changhong e Wen (2015), o objetivo seria impulsionar firmas chinesas já relativamente competitivas a investir diretamente no exterior, de modo a elevar suas exportações, além de estabelecer e fortalecer empresas multinacionais chinesas. A estratégia evidenciava a pretensão chinesa de construir “campeãs nacionais” em uma ampla variedade de setores, como de *commodities*, bens de consumo, alimentos e bebidas, comércio, navegação e construção.

A expansão do investimento externo direto (IED)⁷ chinês se deu de forma planejada e coordenada pelo Estado, que estabeleceu complexa institucionalidade em diferentes níveis a fim de promovê-lo. Além de acordos facilitadores, o Estado disponibilizou mecanismos de apoio, como instrumentos financeiros e cambiais, subsídios, benefícios fiscais e programas de auxílio e fomento (Nogueira e Haffner, 2016).

5. As ZEE são regiões geográficas que apresentam diferentes legislações de direito econômico e tributário em relação ao resto do país, com objetivo de atrair capital interno e estrangeiro e incentivar o desenvolvimento econômico. A experiência que dava certo era depois expandida para outras ZEEs e mesmo para a economia como um todo, enquanto o que dava errado era abandonado (Alves, 2014).

6. Cintra e Pinto (2017) assinalam que a *Going Global* era composta de quatro objetivos principais, a saber: i) descentralizar e afrouxar as autorizações para internacionalização de empresas chinesas, incentivando a elevação dos investimentos no exterior; ii) melhorar a qualidade dos projetos; iii) atenuar os controles de capital e criar novos canais de financiamento; e iv) agregar as políticas de internacionalização com outras ações no plano internacional, estimulando o reconhecimento de marcas chinesas.

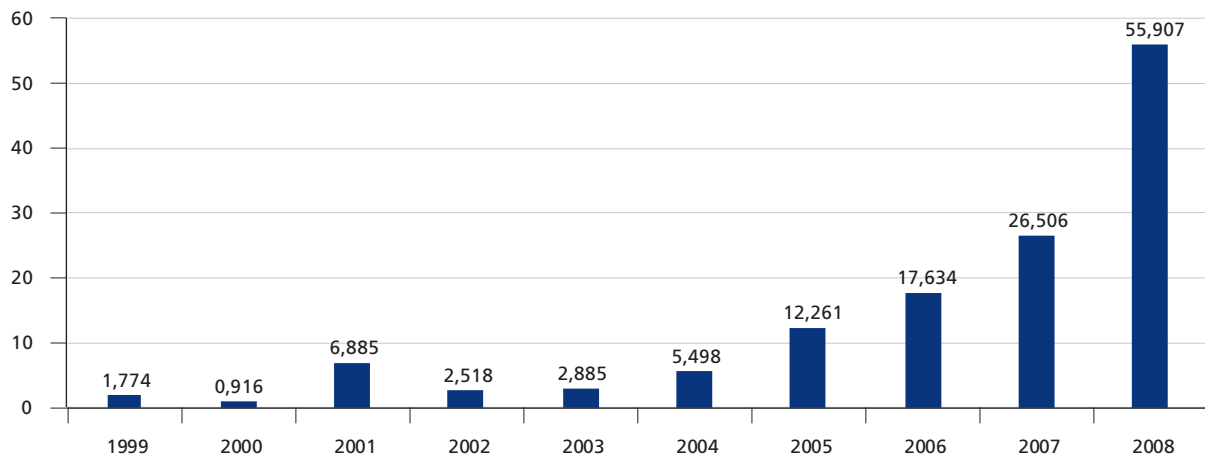
7. Por IED entende-se investimento que envolve relacionamento de longo prazo e reflete um interesse duradouro por entidade residente em uma economia em uma entidade residente em outra economia (UNCTAD, 2017). Em outras palavras, envolve propriedade e presença por tempo indefinido no país receptor (Scissors, 2020). A definição da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), por sua vez, também adotada por outras instituições, não exige o controle, mas sim uma capacidade de influenciar a administração, sendo estabelecido o mínimo de 10% de poder de voto para definir IED (menos que isso é considerado investimento em carteira) (OCDE, 2018).

Com isso, as firmas chinesas tiveram possibilidade de usufruir de financiamento, subsídios, isenções, empréstimos, taxas diferenciadas e facilidades cambiais operativas, bem como serviços informacionais específicos (Salidjanova, 2011; Sauvant e Chen, 2014). A construção dessa institucionalidade não se deu de forma imediata, perpassando ajustes que proporcionaram a maturação da estratégia ao longo da década de 2000. Como resultado, conforme o esperado, o fluxo de investimento chinês se expandiu sobremaneira no período 2005-2008.

GRÁFICO 1

IED chinês (1999-2008)

(Em US\$ bilhões)



Fonte: United Nations Conference on Trade and Development (UNCTAD).
Elaboração dos autores.

O controle do Estado manteve-se central, sendo exercido por meio das SOE, apesar do crescimento do número de empresas privadas engajadas em empreendimentos no exterior nos últimos anos (Jenkins, 2019). No entanto, “o setor privado chinês, em especial as maiores companhias, caracterizam-se por cultivar o capitalismo de compadrio (*crony capitalism*)”⁸ (Kroeber, 2020, p. 118).

2.2 Os impactos da crise de 2008

O regime de crescimento chinês, baseado nas exportações e no investimento, foi fortemente impactado pela crise financeira de 2008. Esta causara a contração, de forma duradoura, da demanda dos países centrais, principais destinos das exportações chinesas até então. As políticas fiscal e monetária expansionistas adotadas pelo governo chinês, a despeito de inicialmente bem-sucedidas,⁹ ampliaram ainda mais as distorções, principalmente com relação à capacidade produtiva doméstica.

Cintra, Silva Filho e Pinto (2015) recordam que a taxa de investimentos chinesa avançara de 40% para 47% do PIB, no período pós-crise, o que gerou capacidade ociosa em inúmeros setores,

8. Para Kroeber (2020), as firmas privadas chinesas costumam depender total ou parcialmente de investimentos e patronagem estatal. Em muitos casos, é difícil saber se as firmas privadas são realmente independentes do governo.

9. Nos anos imediatos após a crise, a China foi capaz de manter o seu ciclo de crescimento, sustentando, em conjunto com outros emergentes, o crescimento econômico global. Por um tempo, esse fenômeno chegou a sugerir a tese do “descolamento”, isto é, de que as economias emergentes estariam num processo de crescimento autônomo, e, portanto, descolado dos países capitalistas avançados (Scherer, 2015).

tornando-os dependentes de grandes projetos de infraestrutura, da expansão do mercado imobiliário, do endividamento das províncias e dos governos locais, bem como da alavancagem de segmentos dos setores bancário e não bancário.

Como a redução na demanda externa persistia, o Estado entendeu que precisava lidar com o esgotamento de um regime amparado por exportações de manufaturas de baixa e média complexidade para um grupo concentrado de países. Em âmbito interno, as distorções geradas pelas altas taxas de investimento implicaram a elevação da participação do consumo doméstico e a redução do papel do investimento. Por fim, também houve o consenso de que as desigualdades de diferentes naturezas (econômicas, sociais e regionais) deveriam ser enfrentadas, exigindo a construção de um “Estado de bem-estar com características chinesas”.¹⁰

A necessidade de buscar novos vetores de crescimento, sustentados pelo consumo doméstico e pela inovação tecnológica, implicou também mudanças na inserção internacional, especialmente com a ascensão de Xi Jinping (2013-atual).

3 A NOVA ROTA DA SEDA: UMA SAÍDA INTERNACIONAL PARA UM DILEMA DOMÉSTICO

O estilo do novo mandatário chinês iria caracterizar maior proatividade e assertividade da diplomacia chinesa em diversas dimensões (Yan, 2014; Zha, 2015), refletindo não somente o *status* de potência tecnológica e financeira alcançado pelo país, mas também o desejo de assumir responsabilidades condizentes com uma grande potência (Zhao e Gao, 2015).

Segundo Kroeber (2020), a orientação básica da política de Xi Jinping constitui o “capitalismo de Estado”. Mesmo que as firmas chinesas sejam *profit-seeking*, o Estado sempre interviu de várias maneiras para direcionar fluxos de investimentos para indústrias prioritárias.¹¹ Tais intervenções ocorrem em larga escala, menos constrangidas que as ocorridas em nações industriais avançadas.

Também por isso, a China é vista como ameaça competitiva e, mesmo que buscasse a atualização tecnológica à moda ocidental, à medida que os esforços fossem bem-sucedidos, o surgimento de empresas tecnologicamente proficientes seria percebido como uma ameaça aos líderes industriais estabelecidos (Kroeber, 2020).

O lançamento das propostas que viriam se aglutinar na chamada One Belt, One Road (OBOR), posteriormente rebatizadas para Belt and Road Initiative (BRI), ocorreu entre os meses de setembro e outubro de 2013, durante as visitas de Xi Jinping ao Cazaquistão e à Indonésia, respectivamente. No primeiro país, o presidente chinês anunciou a intenção de construir o “cinturão econômico da rota da seda”, com a finalidade de integrar o oeste chinês à Europa, à Rússia e à Ásia Central e Ocidental.

10. Cintra e Pinto (2017) argumentam que a construção de um novo “contrato social” na China envolve ações para reduzir as desigualdades sociais e regionais, como maior cobertura no sistema de saúde e previdência; provisão de bens públicos universais; desenvolvimento com menor impacto ambiental; e ampliação da renda e do consumo.

11. Kroeber (2020) afirma que as fronteiras conceituais entre o capitalismo de Estado chinês e o capitalismo de mercado ocidental são frequentemente difusas (os governos de todos os países frequentemente intervêm de várias maneiras para promover ou proteger setores favorecidos).

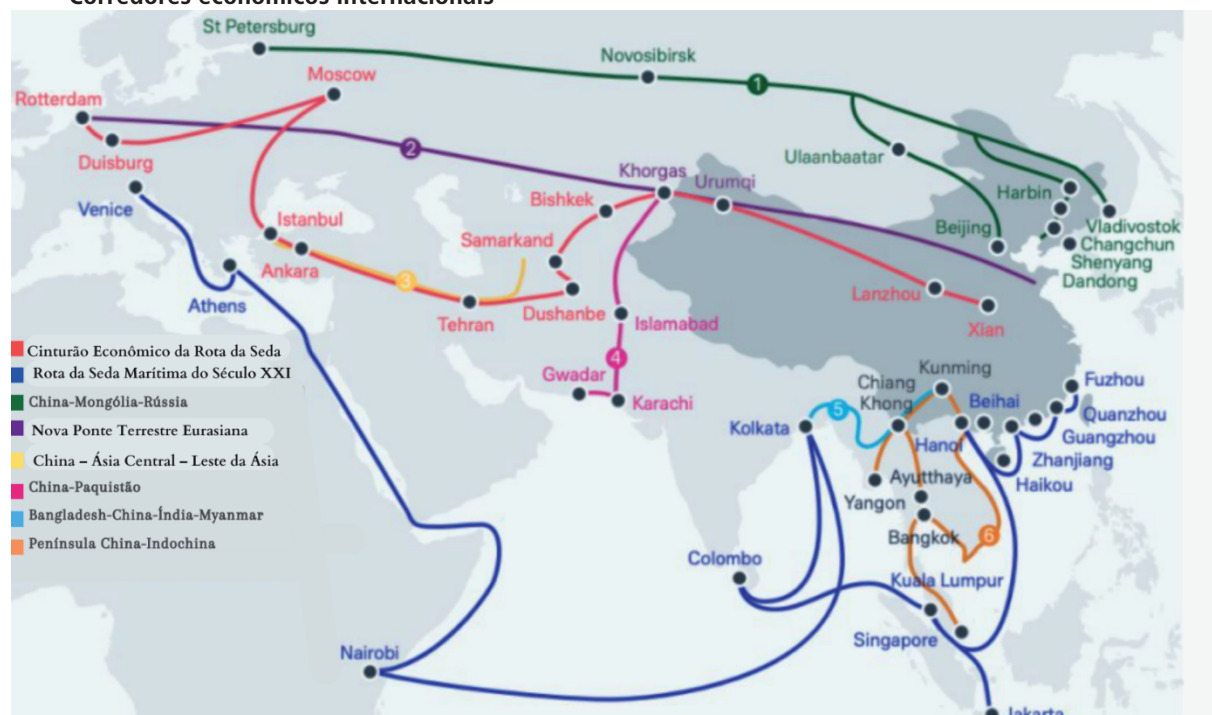
Na Indonésia, Xi Jinping sinalizou a sua pretensão de estabelecer a “rota marítima do século XXI”, integrando a China aos países da Associação das Nações do Sudeste Asiático (ASEAN),¹² sobretudo.

Cai (2017) afirma que a proposta do cinturão objetivou integrar o oeste chinês à Europa, especialmente por meio da Ásia Central, perfazendo a função de artérias irrigadoras da integração econômica, enquanto a rota visa integrar as províncias ao sul da China ao Sudeste Asiático, com auxílio da construção de ferrovias e infraestrutura portuária.

O cinturão e a rota foram subdivididos por meio de seis corredores econômicos internacionais, os quais tencionavam abranger inicialmente 65 países: i) China-Mongólia-Rússia; ii) Nova Ponte Terrestre da Eurásia; iii) China-Ásia Central-Ásia Ocidental; iv) Bangladesh-China-Índia-Mianmar (BCIM); v) China-Península da Indochina; vi) China-Paquistão (figura 1).

O escopo geográfico inicial da BRI, lembra Yiwei (2016), reuniria 4,4 bilhões de pessoas e um PIB de cerca de US\$ 21 trilhões, aproximadamente 29% da produção global, em valores de 2016. No entanto, a China seguiu formalizando memorandos de entendimento com outras nações interessadas, chegando a um total de 139 países de distintas regiões e diferentes níveis de renda em 2021 (quadro 1). A abrangência da Nova Rota da Seda estende-se atualmente de leste a oeste, do Pacífico à Europa, com conexões com as regiões oriental e central da Ásia, expandindo-se para Rússia, Europa Central e Oriental e África, atingindo também a Europa Ocidental e até mesmo a América Latina.

FIGURA 1
Corredores econômicos internacionais



Fonte: Deutsche Bank (2019).

Obs.: Figura cujos leiaute e textos não puderam ser revisados e padronizados em virtude das condições técnicas do original (nota do Editorial).

12. A ASEAN foi criada em 1967 e reúne, além da Indonésia, os países da região: Malásia, Filipinas, Singapura, Tailândia, Brunei, Vietnã, Mianmar, Laos e Camboja.

QUADRO 1

Participantes da Nova Rota da Seda, por grupo de renda

| Grupo de renda | Países |
|-------------------|---|
| Renda alta | Antígua e Barbuda; Áustria; Bahrein; Barbados; Brunei; Chile; Croácia; Chipre; República Tcheca; Estônia; Grécia; Hungria; Itália; Kuwait; Letônia; Lituânia; Luxemburgo; Malta; Nova Zelândia; Omã; Panamá; Polônia; Portugal; Qatar; Arábia Saudita; Seychelles; Singapura; Eslováquia; Eslovênia; Coreia do Sul; Trinidad e Tobago; Emirados Árabes Unidos; Uruguai. |
| Renda média-alta | Albânia; Argélia; Azerbaijão; Bielorrússia; Bósnia e Herzegovina; Bulgária; China; Ilhas Cook; Costa Rica; Cuba; Dominica; Equador; Guiné Equatorial; Fiji; Gabão; Granada; Guiana; Irã; Iraque; Jamaica; Cazaquistão; Líbano; Macedônia; Malásia; Maldivas; Montenegro; Namíbia; Niue; Peru; Romênia; Rússia; Samoa; Sérvia; África do Sul; Suriname; Tailândia; Tonga; Turquia; Venezuela. |
| Renda média-baixa | Angola; Bangladesh; Bolívia; Camboja; Camarões; Cabo Verde; Congo; Costa do Marfim; Djibuti; Timor Leste; Egito; El Salvador; Geórgia; Gana; Indonésia; Quênia; Kiribati; Quirguistão; Laos; Lesoto; Mauritânia; Micronésia; Moldávia; Mongólia; Marrocos; Mianmar; Nigéria; Paquistão; Papua-Nova Guiné; Filipinas; Ilhas Salomão; Sri Lanka; Sudão; Tunísia; Ucrânia; Uzbequistão; Vanuatu; Vietnã; Zâmbia. |
| Renda baixa | Afeganistão; Benin; Burundi; Chade; Comores; República Democrática do Congo; Etiópia; Gâmbia; Guiné; Libéria; Madagascar; Mali; Moçambique; Nepal; Níger; Ruanda; Senegal; Serra Leoa; Somália; Sudão do Sul; Tadjiquistão; Tanzânia; Togo; Uganda; Iêmen; Zimbábue. |

Fonte: Sacks (2021).

Elaboração dos autores.

Obs.: De acordo com o Banco Mundial, a divisão dos países de acordo com o grupo de renda se dá por patamares vinculados com a Renda Nacional Bruta (RNB) *per capita*. As economias de renda baixa possuem uma renda per capita de US\$ 1.045 ou menos; as de renda média, entre US\$ 1.046 e US\$ 4.095; as de renda média-alta, entre US\$ 4.096 e US\$ 12.695; e as economias de renda alta, acima de US\$ 12.695. Disponível em: <<https://bit.ly/3E6Asc7>>.

3.1 O papel dos investimentos em infraestrutura

A infraestrutura constituiu, em princípio, o foco central da Nova Rota da Seda. Afinal, a iniciativa previa, desde o início, a promoção de grandes projetos de construção civil como forma de fomentar a integração econômica regional. Não por acaso, a reconhecida lacuna global em infraestrutura parecia justificar a empreitada chinesa.¹³

O continente asiático, considerado o mais dinâmico economicamente (Khanna, 2019), apresenta fortes contradições: cerca de 400 milhões de pessoas sem acesso à eletricidade; lacunas de cerca de US\$ 8 trilhões, no setor de transportes; e de US\$ 2,3 trilhões nas telecomunicações. Além disso, aproximadamente 300 milhões de asiáticos não possuem acesso à água potável segura e 1,5 bilhão de pessoas, ao saneamento básico (OCDE, 2018).

Então, os projetos planejados pela BRI poderiam dar conta de necessidades básicas (infraestrutura de energia, transportes e comunicações) de muitos países. A China, por sua vez, exploraria a retórica cooperativa, projetando *soft power* para conquistar simpatia junto a potenciais parceiros. A lógica subjacente à chamada cooperação “ganha-ganha” (*win-win*), colocada pelas autoridades chinesas como o “caminho” para a Nova Rota da Seda,¹⁴ assentou-se justamente no potencial de complementaridade entre a China e seus vizinhos mais próximos.

De um lado, o gigante asiático possui um conjunto de canais institucionais públicos capazes de prover financiamento de longo prazo, além de empresas com capacidade técnica para realização de grandes projetos de infraestrutura. Por outro, os países vizinhos necessitam de investimentos para suprir seu *deficit* de infraestrutura, demandando também a *expertise* chinesa em projetos de construção e engenharia. Contudo, essas interações não ocorreriam sem contradições, havendo casos negativos associados à falta de transparência, aos impactos sociais e ambientais em comunidades afetadas pelos projetos e aos próprios impactos econômicos.

13. Com base em diferentes fontes, a OCDE (2018) estimava as necessidades globais de investimento variando entre US\$ 2,9 trilhões e US\$ 6,3 trilhões por ano. Considerando apenas o continente asiático, o Asian Development Bank (ADB, 2017) registrou a demanda por investimento em infraestrutura na ordem de US\$ 26 trilhões até 2030.

14. Disponível em: <<https://bit.ly/3JJVpE>>.

3.2 Os canais de financiamento da BRI

A BRI, conforme se verá adiante, funciona como um vetor de inserção internacional da China na contemporaneidade, sendo financiada por um sistema composto por múltiplas fontes (quadro 2), com destaque para bancos de desenvolvimento (*policy banks*), bancos comerciais, fundos e BMDs.

Jenkins (2019) adverte que tanto CDB e quanto o Banco de Exportação e Importação da China (China Exim Bank – CHEXIM) constituem peças-chave no projeto de globalização chinês inaugurado com a estratégia *Going Global*. Ambas as instituições lideram os empréstimos chineses no exterior, providenciando fundos de longo prazo. Neste sentido, perfazem papel central para a cooperação para o desenvolvimento com características chinesas, envolvendo doações, empréstimos sem juros, empréstimos concessionais, créditos concessionais à exportação e investimento, entre outros (Liu, Xu e Fan, 2020). Desde 2009, essas duas instituições têm se expandido de forma significativa, atingindo abrangência global e, a partir de 2013, providenciando grande parte do financiamento para projetos em países da BRI.

QUADRO 2

Principais canais de financiamento da BRI

| Instituição | Categoria | Funcionalidades | Contribuição esperada |
|---|---|--|---------------------------------------|
| Banco de Desenvolvimento da China (China Development Bank – CDB) | Banco público de desenvolvimento (<i>policy bank</i>) | Empréstimos não concessionais e linhas de crédito Empréstimos concessionais Apoio ao investimento no exterior Programas de empréstimo suplementar | US\$ 150 bilhões |
| CHEXIM | Banco público de desenvolvimento (<i>policy bank</i>) | Créditos de exportação preferenciais Crédito do comprador de exportação Crédito do vendedor de exportação Empréstimos concessionais | US\$ 80 bilhões |
| Banco de Desenvolvimento da Agricultura | Banco comercial público | Apoio ao investimento no exterior | - |
| Banco Industrial e Comercial (ICBC) | Banco comercial público | Empréstimos não concessionais | US\$ 40 bilhões |
| Banco de Construção da China (China Construction Bank – CCB) | Banco comercial público | Suporte aos projetos da BRI | US\$ 10 bilhões |
| Banco da China (Bank of China – BoC) | Banco comercial público | Empréstimos não concessionais | US\$ 130 bilhões |
| Fundo da Rota da Seda | Fundo para desenvolvimento internacional | Financiar projetos associados com a BRI | US\$ 40 bilhões |
| Banco Asiático de Investimentos em Infraestrutura (Asian Infrastructure Investment Bank – AIIB) | Banco multilateral de desenvolvimento | Financiar projetos de infraestrutura na Ásia, não necessariamente vinculados com a BRI | US\$ 100 bilhões (capital autorizado) |
| Novo Banco de Desenvolvimento (NDB BRICS) | Banco multilateral de desenvolvimento | Financiar projetos de infraestrutura sustentável no BRICS e nos países em desenvolvimento | US\$ 50 bilhões (capital subscrito) |

Fonte: OCDE (2018); CDB e UNDP (2019).

Elaboração dos autores.

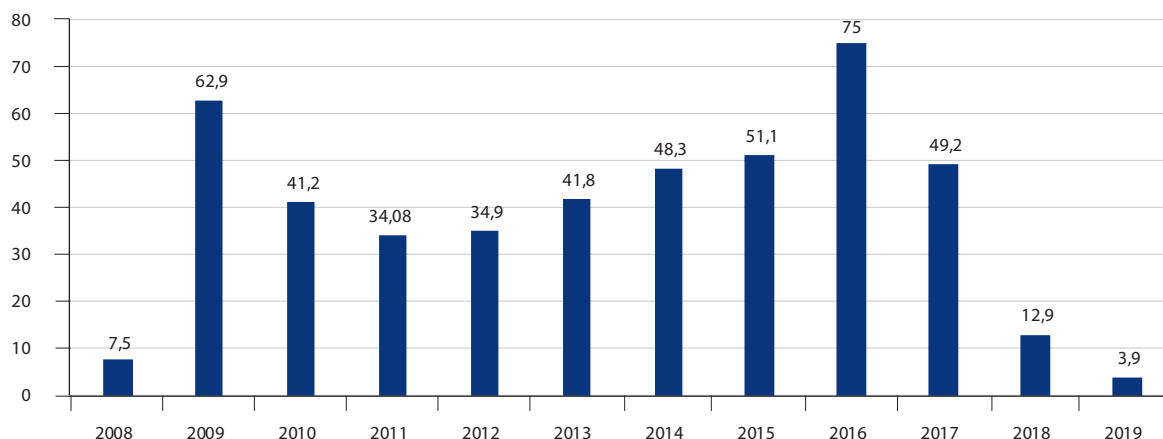
Ray e Simmons (2020) apontam que, entre 2008 e 2019, o CDB e o CHEXIM empenharam US\$ 462 bilhões em 858 projetos no exterior.¹⁵ A trajetória dos empréstimos dos bancos chineses é, contudo, irregular. O gráfico 2 sugere elevação significativa dos empréstimos em 2009, na esteira da crise financeira de 2008, seguido por um momento de estabilização. Com o anúncio da BRI, em 2013, novos impulsos para financiamentos no exterior são percebidos, com uma trajetória ascendente entre 2013 e 2016; e tendência de queda a partir de 2017.

15. Esse montante é praticamente igual aos US\$ 467 bilhões emprestados pelo Banco Mundial durante o mesmo período.

GRÁFICO 2

Financiamento do CDB e do CHEXIM no exterior (2008-2019)

(Em US\$ bilhões)

Fonte: Ray *et al.* (2021).

Elaboração dos autores.

Desde 2013, CDB e CHEXIM proveram em conjunto recursos superiores a US\$ 282 bilhões, embora com uma relativa concentração em alguns países. Em termos regionais, o principal destinatário é o continente asiático, com 36% dos empréstimos (tabela 1).

TABELA 1

Compromissos do CDB e do CHEXIM (2008-2019)

| Região/país | Compromissos do CDB e do CHEXIM (US\$ bilhões) | Representação (%) | BRI? |
|------------------|--|-------------------|------|
| Ásia | 164,3 | 35,5 | |
| Paquistão | 39,8 | 8,6 | Sim |
| Irã | 16,5 | 3,6 | Sim |
| Indonésia | 14,5 | 3,1 | Sim |
| Turcomenistão | 14,2 | 3,1 | Sim |
| Bangladesh | 11 | 2,4 | Sim |
| Filipinas | 10 | 2,2 | Sim |
| Outros (Ásia) | 58,3 | 12,6 | - |
| África | 104,5 | 22,6 | |
| Angola | 29,6 | 6,4 | Sim |
| Quênia | 8,8 | 1,9 | Sim |
| Etiópia | 8,3 | 1,8 | Sim |
| Outros (África) | 57,8 | 12,5 | - |
| Américas | 130,7 | 28,2 | |
| Venezuela | 58,2 | 12,6 | Sim |
| Brasil | 28,2 | 6,1 | Não |
| Equador | 18,4 | 4,0 | Sim |
| Argentina | 17,1 | 3,7 | Não |
| Outros (América) | 8,8 | 1,9 | - |
| Europa | 57,2 | 12,4 | |
| Rússia | 37 | 8,0 | Sim |
| Outros (Europa) | 20,2 | 4,4 | - |
| Outros | 6,08 | 1,3 | - |

Fonte: Ray *et al.* (2021).

Elaboração dos autores.

O principal receptor de empréstimos oriundos dos bancos CDB e CHEXIM na Ásia é o Paquistão, com US\$ 39,8 bilhões. Desde 2013, foram US\$ 30,68 bilhões para construção e modernização de rodovias, ferrovias, gasodutos, usinas termelétricas, hidrelétricas, nucleares, infraestrutura urbana, entre outros.

Paquistão, Irã, Indonésia, Turcomenistão, Bangladesh e Filipinas respondem por cerca de 64% dos financiamentos chineses na Ásia desde 2008, acumulando US\$ 106 bilhões em aportes dos *policy banks*. Esses aportes se distribuem em financiamentos para projetos em energia, transportes, telecomunicações, manufatura, serviços públicos, entre outros, incluindo também empréstimos discricionários. Outros países asiáticos signatários da BRI absorveram recursos não desprezíveis dessas instituições, como é o caso do Sri Lanka (US\$ 8,7 bilhões), Vietnã (US\$ 8,7 bilhões), Cazaquistão (US\$ 8,4 bilhões), Laos (US\$ 5,5 bilhões) e Camboja (US\$ 5 bilhões).

Na África, Angola é o país que mais recebeu financiamento, com US\$ 29,6 bilhões, reunindo cerca de 28,3% do total. Acker e Brautigam (2021) identificam que o volume e a modalidade dos empréstimos neste país variam em diferentes e importantes formas em relação ao restante dos países do continente, já que a sua maioria é assegurado pelas exportações de petróleo.¹⁶ Nos últimos anos, houve significativa redução na liberação de empréstimos ao país, após o recorde atingido em 2016, com US\$ 15,3 bilhões, refletindo receios a respeito da necessidade de renegociação das dívidas por conta da queda no preço do petróleo entre 2014 e 2015. As duas instituições não liberaram recursos ao país em 2018 e 2019.

O Quênia é o segundo país africano que mais recebeu recursos, com US\$ 8,8 bilhões. Desde 2013, são doze empréstimos, totalizando US\$ 6,8 bilhões. Entre 2014 e 2015, foram liberados US\$ 3,6 bilhões para construção da ferrovia SGR, de 480 km, que liga a cidade portuária de Mombasa à capital Nairóbi.¹⁷ O país também sofreu escassez de empréstimos nos últimos anos, com apenas US\$ 265 milhões liberados pelo CHEXIM em 2019. A queda nos preços das *commodities* exportadas (petróleo) também prejudicou a capacidade de pagamento. Em 2020, o país entrou com requisições na Iniciativa de Suspensão do Serviço da Dívida (Debt Service Suspension Initiative – DSSI) do G20. Legisladores quenianos inclusive solicitaram junto à China a reestruturação da dívida relativa à ferrovia Mombasa-Nairóbi (Acker e Brautigam, 2021).

Entre 2008 e 2019, a Etiópia recebeu trinta e cinco empréstimos, somando US\$ 8,3 bilhões. A maior parte dos recursos foi alocada depois de 2013 (US\$ 6,8 bilhões), com o setor de transportes se sobressaindo.¹⁸ De forma similar aos casos angolano e queniano, a Etiópia não recebeu empréstimos em 2019, também por conta de receios dos emprestadores chineses a respeito de requisições anteriores do país para reestruturação de dívidas (Acker e Brautigam, 2021).¹⁹

16. Acker e Brautigam (2021) identificam que Angola representa 70% dos empréstimos lastreados em recursos na África, elevando para 26% essa modalidade de financiamento no continente. Ao excluir Angola, apenas 8% dos empréstimos chineses na África são assegurados com exportações de recursos naturais.

17. O projeto, em operação, desde 2017, foi construído a partir de padrões chineses e com tecnologias e equipamentos igualmente provenientes da China. Mais informações disponíveis em: <<https://bit.ly/3m9au03>>.

18. O destaque recai na liberação de duas parcelas de financiamento para a construção da ferrovia Addis Ababa-Djibouti.

19. Outros três países africanos, parceiros da BRI, receberam financiamentos relevantes dos bancos chineses: Nigéria (US\$ 6,1 bilhões); Zâmbia (US\$ 5 bilhões); e Camarões (US\$ 5,3 bilhões). Juntos, esses seis países citados representam 60,34% dos financiamentos chineses na África desde 2009.

Na Europa, a Rússia²⁰ atraiu cerca de 65% dos financiamentos, arrematando US\$ 37 bilhões dos bancos chineses entre 2008 e 2019. Deste total, US\$ 12 bilhões foram alocados após o lançamento da BRI, abarcando projetos em energia, transportes, manufatura e telecomunicações.

Sérvia e Hungria também receberam recursos para a construção da ferrovia Belgrado-Budapeste, empreendimento estratégico no contexto da BRI, principalmente ao possibilitar futuras conexões entre o porto de Piraeus (Grécia) e os países da Europa Central (Posaner e Bayer, 2020).

Na América Latina, cerca de 90% dos aportes do CDB e do CHEXIM se direcionaram a apenas quatro países – Venezuela, Brasil, Equador e Argentina (Ray *et al.*, 2021; Gallagher e Myers, 2021). É importante ressaltar que, ao contrário de Venezuela e Equador, Brasil e Argentina ainda não se incorporaram formalmente à iniciativa.

A Venezuela e o Equador apresentaram casos similares àqueles verificados com alguns países africanos. Os países receberam empréstimos volumosos, alguns deles lastreados em exportações de petróleo futuras (Gallagher, 2016). Nos últimos anos, inquietações a respeito da sustentabilidade da dívida nestes dois países, além da instabilidade política na Venezuela, levaram a uma redução nos aportes chineses. Em 2019, apenas US\$ 1,1 bilhão foi destinado por parte do CDB e CHEXIM para a América Latina, ao passo que não foram registrados novos aportes em 2020 (Ray, Albright e Wang, 2021).

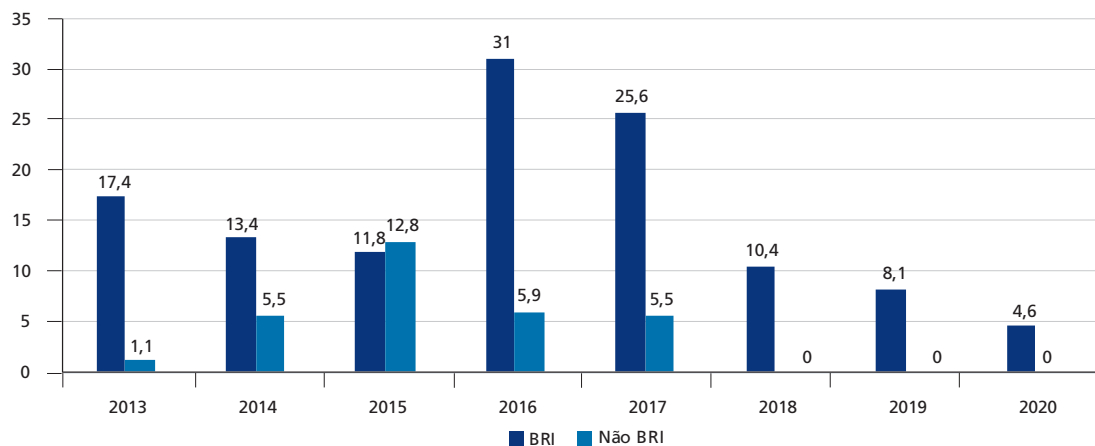
Considerando a contextualização em relação aos principais destinos de financiamento dos *policy banks* na esfera da BRI, é possível notar uma prevalência de empréstimos nos setores de transporte e energia. Desde 2009, US\$ 249 bilhões foram destinados à construção de infraestruturas de transporte e energia, sugerindo que a BRI e seus objetivos consolidam a posição da China enquanto potência global de infraestrutura (Ray e Simmons, 2020).

Em relação ao setor de energia, Gallagher (2021) apresenta dados relativos à evolução dos recursos empenhados pelo CDB e pelo CHEXIM, diferenciando projetos de países parceiros da BRI e não signatários entre 2013 e 2020 (gráfico 3).

GRÁFICO 3

Financiamento em energia do CDB e do CHEXIM: BRI versus não BRI (2013-2020)

(Em US\$ bilhões)



Fonte: Gallagher (2021).
Elaboração dos autores.

20. Ao contrário de outras bases, Ray *et al.* (2021) colocam a Rússia como parte da Europa.

A redução nos compromissos do CDB e do CHEXIM na liberação de empréstimos ao setor de energia vem ocorrendo desde 2016, mas com a pandemia de covid-19, o fenômeno se acentuou, devido a fatores como redução na demanda externa, maior discricção interna, restrições fiscais dos países tomadores e enfoque dos bancos chineses no suporte à recuperação econômica doméstica.

É possível distinguir essa evolução em dois períodos, sendo a primeira ascendente (2013-2016) e outra descendente (2017-2020). Durante o primeiro período, foram aproximadamente US\$ 100 bilhões em empréstimos, dos quais US\$ 73,6 bilhões foram para países da BRI. Nos últimos quatro anos, foram liberados US\$ 54,2 bilhões, dos quais US\$ 48,7 bilhões se dirigiram para países inseridos na iniciativa.

Ma, Gallagher e Chen (2021) identificam que a redução no período 2017-2020 foi resultado de uma queda nos financiamentos para projetos de exploração e extração, impactando os setores de petróleo e gás. Paralelamente, foi identificada uma elevação nos recursos alocados em distribuição e transmissão de eletricidade, especialmente a partir de fontes renováveis, enquanto os aportes para geração de energia permaneceram estáveis.

Mingey e Kratz (2021) pontuam que os dados da Global Development Policy Center (Ray *et al.*, 2021; Gallagher, 2021) demonstram um declínio exagerado dos financiamentos chineses, com destaque para os US\$ 3,9 bilhões identificados em 2019, que representam uma queda de 94% em relação ao pico atingido em 2016. Para os autores, essa distorção se explica principalmente pela exclusão das operações dos bancos comerciais, crescentemente envolvidos no financiamento transfronteiriço.

Os principais bancos comerciais (quadro 2) reúnem-se no chamado big four: ICBC, BoC, Banco da Agricultura da China (Agriculture Bank of China – ABC) e CCB. De acordo com o CDB e a United Nations Development Program (UNDP), o ICBC²¹ e o BoC²² constituem os principais bancos comerciais chineses inseridos na BRI (CDB e UNDP, 2019).

Na África, segundo a China-Africa Research Initiative, as instituições estritamente comerciais como o ICBC e o BoC vêm tendo uma atuação cada vez mais relevante. Entre 2015 e 2019, esses bancos assinaram US\$ 6,4 bilhões em financiamento para países africanos, valor superior aos US\$ 3,4 bilhões verificados entre 2010 e 2014 (Acker e Brautigam, 2021).

A plataforma China-Latin America Commercial Loans Tracker também mostra que o ICBC e o BoC ganharam importância na região. Combinadas, essas duas instituições já financiaram 42 projetos desde 2012, em especial nos setores de energia e infraestrutura.²³

A despeito de essa maior presença dos bancos comerciais compensar a redução recente de recursos oriundos dos *policy banks*, Mingey e Kratz (2021) comentam que o declínio do financiamento chinês no exterior se mostra uma tendência e se explica por um conjunto de fatores.

- Há reavaliação de práticas após transações problemáticas e requisições de reestruturação de dívidas em países como Venezuela, Paquistão, Sri Lanka e outros.

21. Até o final de 2018, o ICBC já possuía 426 filiais no exterior, sendo 131 filiais em 21 países da BRI. No Sudeste Asiático, são sessenta filiais em países como Tailândia, Vietnã, Laos, Camboja, Mianmar, Indonésia, Malásia e Singapura. Mais detalhes disponíveis em CDB e UNDP (2019).

22. Em 2019, o BoC já havia estabelecido seiscentas filiais em mais de cinquenta países, sendo 24 signatários da BRI. Por meio de linhas de crédito e outras modalidades de serviços financeiros, financiou US\$ 130 bilhões em seiscentos projetos ao longo dos países da BRI. Mais detalhes disponíveis em CDB e UNDP (2019).

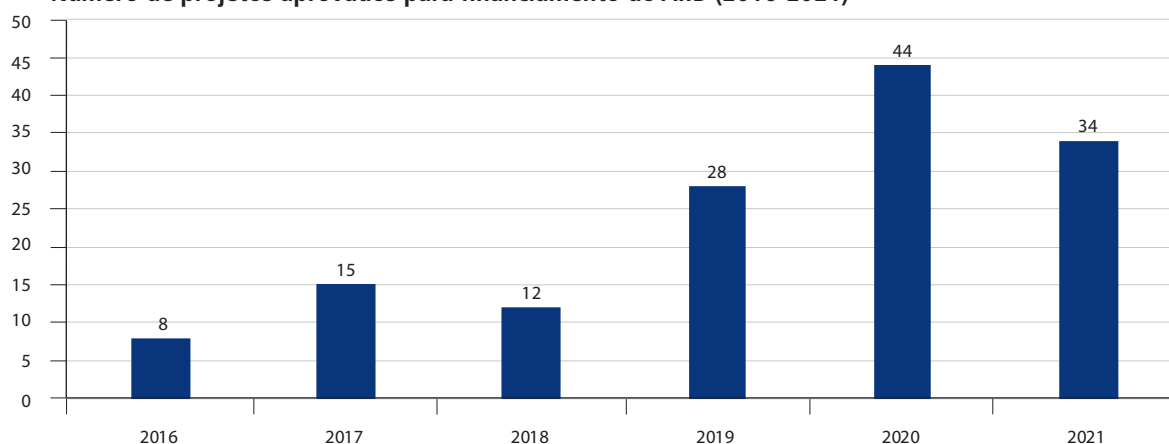
23. Disponível em: <https://www.thedialogue.org/map_list/>.

- Houve pressões para desalavancagem na China, com impactos na capacidade e disposição dos bancos chineses em fazer novos empréstimos, sobretudo em ambientes de alto risco.
- Também houve reações contrárias por parte de alguns países e críticas (principalmente ocidentais) dirigidas a práticas que se configurariam como uma “armadilha da dívida”.²⁴
- Houve denúncias relacionadas a custos elevados, alegações de corrupção e problemas de implementação que elevaram a resistência em países destinatários. Rússia, Malásia, Mianmar, por exemplo, reavaliaram planos de infraestrutura e suspenderam ou renegociaram novos projetos.

Assim, as perspectivas em relação às práticas chinesas de financiamento nos países da BRI sugerem uma maior disposição para emprestar para projetos menores e mais sustentáveis, em linha com as discussões ocorridas durante o segundo Fórum Belt and Road, de 2019 (Mingey e Kratz, 2021; Wang, 2021).

Além dos *policy banks* e bancos comerciais, a China também ajudou a estabelecer novos canais multilaterais de financiamento nos últimos anos. Sem dúvidas, o mais importante deles é o AIIB, que conta atualmente com mais de cem países-membros. Em funcionamento desde 2016, o AIIB já aprovou financiamento para 142 projetos (gráfico 4), cobrindo 31 países-membros. O gráfico 5, por sua vez, detalha os países que possuem ao menos três projetos contemplados pelo AIIB.

GRÁFICO 4

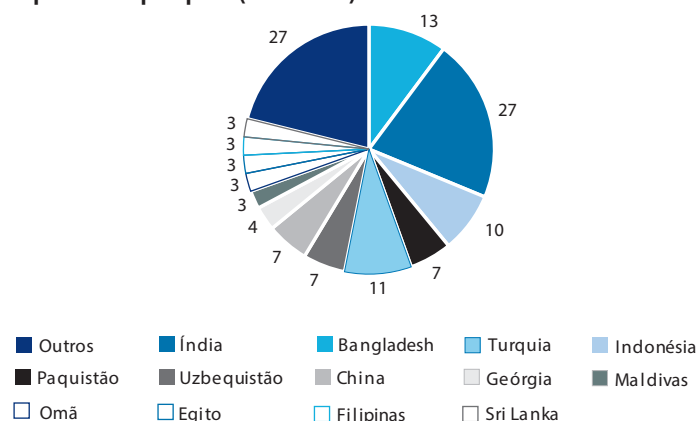
Número de projetos aprovados para financiamento do AIIB (2016-2021)

Fonte: AIIB, 2021. Disponível em: <<https://bit.ly/3COXGzf>>. Elaboração dos autores.

24. A chamada diplomacia da armadilha da dívida diz respeito a uma suposta prática empregada pela China, na qual buscava sobrecarregar países destinatários com empréstimos e, posteriormente, incrementar sua influência, inclusive se apossando de recursos e ativos estratégicos. Mais detalhes disponíveis em Jones e Hameiri (2020).

GRÁFICO 5

Projetos aprovados pelo AIIB por país (set./2021)



Fonte: AIIB, 2021. Disponível em: <<https://bit.ly/3C0XGzf>>. Elaboração dos autores.

Vale destacar que a Índia, que não está oficialmente incorporada à BRI, acumula 20% dos projetos aprovados, com 27 no total. Os outros trinta países que possuem projetos aprovados, por sua vez, são signatários da BRI.

O AIIB já aprovou projetos avaliados em mais de US\$ 28 bilhões, com desembolsos de US\$ 21,43 bilhões. Essa diferença se justifica pela presença de operações de cofinanciamento principalmente com BMD tradicionais, como Banco Mundial, Banco Europeu para a Reconstrução e o Desenvolvimento (European Bank for Reconstruction and Development – EBRD) e ADB (CDB e UNDP, 2019).

Os setores de energia e transportes mais uma vez se revelaram os mais importantes, somando cerca de 35% dos projetos aprovados. O restante foi distribuído por vários domínios, como finanças; infraestrutura rural e urbana; saneamento; resiliência econômica; saúde pública; tecnologia da informação e comunicação; e outros.²⁵

O AIIB, portanto, financia projetos cuja finalidade é elevar a cooperação econômica, especialmente na Ásia (AIIB, 2015), direta e indiretamente promovendo a BRI. O banco se propõe a ser uma instituição dedicada ao Sul Global, em especial aos países asiáticos, mas interage frequentemente com os BMD tradicionais,²⁶ os quais possuem décadas de experiência acumulada.

Griffith-Jones, Xiaoyun e Spratt (2016) apontam que o AIIB tem potencial para se tornar uma das instituições centrais no financiamento de infraestrutura na Ásia. Afinal, as experiências anteriores de BMD tradicionais mostram elevação considerável nas operações após a primeira década de funcionamento, dada a expansão da base de capital inicial e a possibilidade de criação de fundos especiais de investimentos.²⁷

Além do AIIB, outro BMD importante, com participação e engajamento chinês, é o Novo Banco de Desenvolvimento (New Development Bank – NDB), também conhecido como

25. Disponível em: <<https://bit.ly/3C0XGzf>>.

26. Mais detalhes disponíveis em: <<https://bit.ly/3iu6m90>>.

27. Além disso, espera-se uma elevação nos financiamentos por meio de operações de cofinanciamento, havendo também a possibilidade de ampliação do grau de alavancagem dos recursos. Para mais detalhes, ver Griffith-Jones, Xiaoyun e Spratt (2016).

banco do BRICS. O NDB possui um escopo mais limitado, não tendo ampliado a sua base de países-membros até recentemente, a despeito do desejo inicial dos países fundadores (BRICS)²⁸ (Batista Júnior, 2019). Os desembolsos igualmente se mostraram restritos, apesar de uma ampliação a partir de 2020, contando o compromisso de oferecer até US\$ 10 bilhões para o Mecanismo de Emergência relacionado à crise da covid-19 (NDB, 2021).

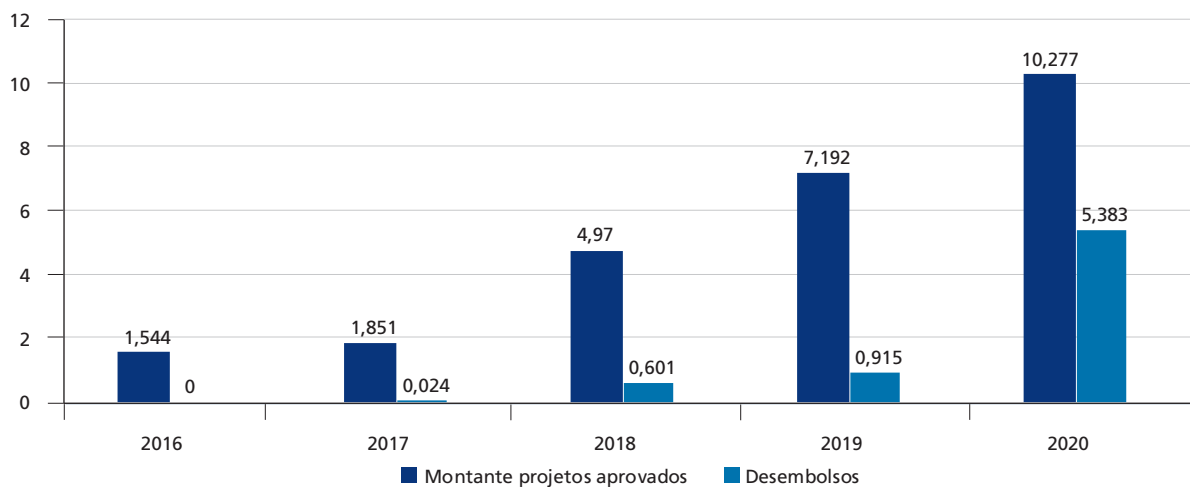
Com capital autorizado de US\$ 100 bilhões e subscrição inicial de US\$ 50 bilhões, o NDB se propõe a financiar projetos em infraestrutura sustentável,²⁹ com alguns setores prioritários, tais como: energias limpas; infraestrutura de transportes; saneamento, irrigação e tratamento de água; desenvolvimento urbano; eficiência ambiental; e infraestrutura digital (NDB, 2021).

Desde 2016, houve 67 projetos aprovados, com um comprometimento de financiamento que soma mais de US\$ 24 bilhões. Entretanto, é evidente que o NDB, assim como o AIIB, pode servir como um mecanismo de financiamento de projetos de conectividade em infraestrutura nos países da BRI, com potencial de influenciar no desenvolvimento da iniciativa. No entanto, apenas uma fração dos recursos foi efetivamente desembolsada, conforme mostra o gráfico 6.

GRÁFICO 6

Compromissos de financiamento e desembolsos do NDB (2016-2020)

(Em US\$ bilhões)



Fonte: NDB (2021).

Elaboração dos autores.

A China criou ainda, em 2014, o Fundo da Rota da Seda (Silk Road Fund – SRF), com um capital inicial US\$ 40 bilhões,³⁰ cofinanciado pelo CDB, CHEXIM, China Investment Corporation (CIC) e Administração Estatal de Câmbio (State Administration of Foreign Exchange – SAFE). O SRF constitui um fundo de investimento de médio e longo prazo que se propõe a prover financiamento

28. Após um processo de negociação e deliberação, o NDB aprovou, em 2021, a entrada de três novos membros: Emirados Árabes Unidos, Uruguai e Bangladesh.

29. Vazquez (2020) defende que o compromisso declarado do NDB com o financiamento de infraestrutura e desenvolvimento sustentável é talvez o aspecto mais relevante que o diferencia de outros BMD existentes.

30. Em maio de 2017, o governo chinês forneceu um adicional de RMB 100 bilhões ao SRF.

para cooperação econômica e comercial, com destaque para as áreas de infraestrutura, energia, capacidade industrial e cooperação financeira.³¹

Até o final de 2018, o SRF já havia prometido US\$ 11 bilhões em investimentos, com US\$ 7,7 bilhões já realizados e US\$ 2 bilhões previstos para a constituição do Fundo de Cooperação para a Capacidade Produtiva China-Cazaquistão (CDB e UNDP, 2019). A BRI ainda prevê formas alternativas de financiamento, como cofinanciamento com fundos regionais de desenvolvimento com participação e envolvimento chinês (Ásia, África, Europa Central e Oriental América Latina) e BMD tradicionais (CDB e UNDP, 2019).

Sem exaurir os pilares que conformam a rede de financiamento aos projetos da BRI, é possível extrair algumas conclusões, conforme relacionado a seguir.

- Os financiamentos dos *policy banks* (CDB e CHEXIM) se aglutinam principalmente nos países da BRI e nos setores de energia e transporte.
- Apesar de sua importância em abrir os canais de diálogo e interação em nível governamental, há uma tendência de redução dos empréstimos dos *policy banks*, retratando também mudanças relativas às práticas de financiamento e maiores preocupações com a capacidade de pagamentos dos países destinatários.
- Os bancos comerciais tendem a ter uma atuação mais relevante nos próximos anos, embora suas modalidades de financiamentos não necessariamente cubram financiamentos volumosos para grandes e complexos projetos de infraestrutura.
- O AIIB é o canal de financiamento multilateral mais promissor e com maior capacidade de desempenhar um papel relevante no âmbito da BRI, uma vez que o escopo e a atuação do NDB ainda são bastante limitados.
- Pelas informações disponíveis, a atuação do SRF ainda está aquém de suas possibilidades, possivelmente refletindo uma maior cautela por parte dos *policy banks* e da SAFE, acionistas do fundo.
- É esperada uma recuperação dos níveis de financiamento no período pós-pandemia, tendo em vista a enorme demanda por investimentos em infraestrutura nos países da BRI, embora seja improvável uma replicação dos níveis de 2016.

4 NOVA ROTA DA SEDA COMO VETOR DO IED CHINÊS

A concessão de empréstimos e financiamentos por bancos chineses originou uma série de grandes projetos de infraestrutura nos países parceiros da BRI. Com a criação de ambientes de negócios favoráveis e a redução das incertezas e riscos políticos, seria esperada a elevação dos IED chineses nos países parceiros. Em outras palavras, a assistência técnica e a provisão de empréstimos para infraestrutura representariam uma forma de a China abrir portas para expansão dos investimentos de suas empresas.

31. Disponível em: <<https://bit.ly/3ChRt2B>>.

Entre investimentos, financiamentos e projetos de infraestrutura, Gao e Wang (2018) assinalam que a China estabelece um ecossistema para expansão internacional, no qual distintos atores exercem papéis específicos em torno de uma mesma plataforma. Os governos estabelecem acordos de cooperação e os bancos financiam projetos de infraestrutura construídos por empreiteiras chinesas, facilitando para que outras firmas chinesas promovam negócios em uma miríade atividades econômicas.

Nesse contexto, é possível interpretar que os financiamentos, especialmente dos *policy banks*, pavimentariam o caminho para a entrada do IED chinês, que traz consigo possíveis benefícios ao país receptor e também projetando *soft power* chinês.

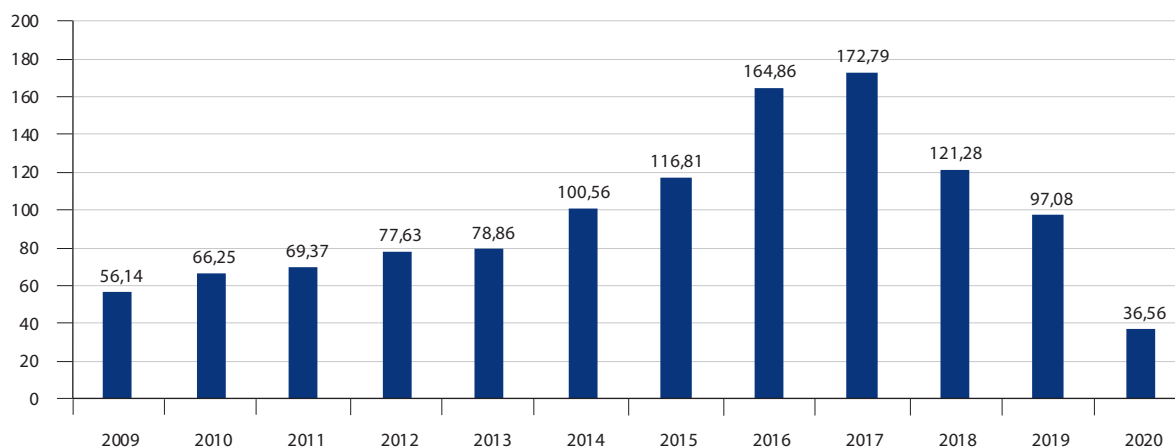
Cabe, assim, identificar em que medida a BRI potencializou, ou não, o IED chinês nos países integrados à iniciativa. Neste trabalho, a base de dados do The China Global Investment Tracker (CGIT), elaborado pela American Enterprise Institute (AEI), foi utilizada (AEI, 2021).

O CGIT é o conjunto mais abrangente de dados públicos relacionados aos investimentos e aos contratos de construção da China, documentados separadamente e em conjunto. Inclui quase quatro mil grandes transações em setores produtivos que envolvem energia, transporte, tecnologia e outros setores, bem como mais de trezentas transações problemáticas. Contudo, os dados compilados pela AEI somente consideram investimentos superiores a US\$ 95 milhões. O gráfico 7 demonstra a evolução do IED chinês na última década, a partir desta base de dados.

GRÁFICO 7

Evolução do IED chinês (2009-2020)

(Em US\$ bilhões)



Fonte: AEI (2021).

Elaboração dos autores.

A trajetória ascendente dos fluxos globais de IED chineses, ocorrida entre 2009 e 2017, foi seguida por um recuo a partir de 2018. Após o lançamento da BRI, em 2013, os investimentos permaneceram em níveis superiores a US\$ 100 bilhões, com exceção de 2019 e 2020. Para Scissors (2020), esse declínio está relacionado a uma contração de grandes negócios, sobretudo nos Estados Unidos e outros países desenvolvidos,³² que passaram a adotar maiores restrições ao IED chinês, bem

32. Em 2019, o IED chinês nos Estados Unidos foi de US\$ 3,2 bilhões, representando apenas 6% do pico verificado em 2016, de US\$ 53 bilhões (AEI, 2021).

como às novas regulações por parte da China para saída de capitais. Enquanto Cariello (2021, p. 56) pontua que as autoridades do país começaram a se preocupar com aportes que seriam “irracionais”, estabelecendo novos marcos regulatórios para classificar esses investimentos, Scissors (2020) afirma que esse declínio se associa a uma redução no nível de reservas internacionais,³³ atualmente em torno de US\$ 3,2 trilhões (China's..., 2021).

Além das restrições impostas pelos países centrais e novos regramentos institucionais, os impactos da covid-19 influenciaram a redução no fluxo dos investimentos chineses no exterior, apesar de dados oficiais do Ministério do Comércio da China (Ministry of Commerce – MOFCOM) mostrarem o contrário.³⁴ O somatório do IED chinês, de 2005 a 2021, ultrapassou o montante de US\$ 1,2 trilhão, em mais de 1.800 transações (superiores a US\$ 95 milhões), envolvendo todas as regiões do globo (tabela 2). Vale destacar que US\$ 1,1 trilhão foram alocados somente na última década (2010-2020). Os fluxos de IED reservaram um peso relevante aos Estados Unidos e aos países europeus, responsáveis por acumular cerca de 45% dos fluxos de IED chinês desde 2005.

TABELA 2
Distribuição regional do IED chinês (2005-2021)

| Região | Valor (US\$ milhões) | Representação (%) |
|--------------------|----------------------|-------------------|
| Ásia | 326.170 | 25,2 |
| Leste Asiático | 173.690 | 13,4 |
| Ásia Ocidental | 116.670 | 9,0 |
| Oriente Médio | 35.810 | 2,8 |
| África | 96.680 | 7,5 |
| África Subsaariana | 90.460 | 7,0 |
| Norte da África | 6.220 | 0,5 |
| América do Norte | 251.470 | 19,5 |
| Estados Unidos | 187.060 | 14,5 |
| América do Sul | 125.780 | 9,7 |
| Europa | 390.300 | 30,2 |
| Austrália | 101.660 | 7,9 |

Fonte: AEI (2021).

Elaboração dos autores.

Nas economias desenvolvidas, houve oportunidades para as firmas chinesas se internacionalizarem em busca de ativos estratégicos (*strategic asset seeking*), como novas tecnologias, habilidades, competências ou marcas internacionalmente reconhecidas (Dunning, 2000; Hansson e Heidi, 2007). Tais ativos servem para as empresas do país asiático superarem desvantagens que emergem de sua posição retardatária na competição internacional.

33. De acordo com dados do Banco Mundial, houve uma redução relevante no nível de reservas internacionais da China entre 2014 e 2016, de US\$ 3,9 trilhões para US\$ 3,09 trilhões, mantendo-se estável desde então. Disponível em: <<https://bit.ly/2XG2jzE>>.

34. Os dados do MOFCOM mostram uma retração de apenas 0,4%, com um montante de US\$ 110,2 bilhões. É importante ressaltar que a base de dados da AEI se baseia em anúncios de IED, enquanto a base do MOFCOM parte dos registros do balanço de pagamentos. São fontes bastantes diferentes. Em momentos de elevada incerteza, é comum uma redução nos anúncios, o que não necessariamente se reflete nos fluxos de recursos, que podem se referir a projetos anunciados há muito tempo.

Em outros países e regiões, como América do Sul e Oriente Médio, por exemplo, predominaram os investimentos em recursos naturais (*resource-seeking*)³⁵ essenciais para a segurança energética e a continuidade do crescimento chinês. Cabe, ainda, mencionar investimentos cuja motivação é a busca de mercados (*market-seeking*). Em setores como o de construção civil e infraestrutura, como houve saturação no mercado doméstico, tal fato impeliu as corporações do país a expandir suas operações em mercados atrativos no exterior.³⁶

A tabela 3 apresenta os dez principais destinos de IED chinês, e apenas dois destes encontram-se formalmente inseridos na BRI.³⁷ Houve um predomínio de países alijados do escopo da BRI em termos de recepção de IED, como Reino Unido, Suíça, Alemanha, Canadá e também o Brasil. Tal fato estilizado revela-se interessante: grande parte do IED para esses países se refere à aquisição de ativos existentes. Não há dúvida de que a iniciativa tenciona alavancar novos investimentos, isto é, adicionar novos empreendimentos à infraestrutura existente nos países signatários (ou não), o que leva muito mais tempo. Dito de outra forma, é possível sugerir que a BRI ainda não potencializou por completo os fluxos de IED nos países da iniciativa.

TABELA 3

Os dez maiores receptores de IED chinês (2005-2020)

| País | IED chinês (US\$ bilhões) | BRI? |
|----------------|---------------------------|------|
| Estados Unidos | 187,1 | Não |
| Austrália | 101,7 | Não |
| Grã-Bretanha | 96,1 | Não |
| Suíça | 61,2 | Não |
| Brasil | 61,1 | Não |
| Canadá | 56,9 | Não |
| Alemanha | 47,8 | Não |
| Singapura | 37,1 | Sim |
| Rússia | 34,8 | Sim |
| França | 33,7 | Não |

Fonte: AEI (2021).

Elaboração dos autores.

O gráfico 8 compara os fluxos de investimento para países signatários da BRI e países fora do escopo da iniciativa. Seu exame sugere que há trajetórias de investimento equilibradas entre esses dois grupos de países, com exceção dos anos de 2016 e 2017,³⁸ predominantemente marcados por investimentos fora do escopo da iniciativa.

35. Tipologia de investimento orientada ao acesso a recursos, como os naturais (minerais, agrícolas, energéticos etc.), satisfazendo o interesse do investidor em assegurar o seu fornecimento ordenado. Para mais detalhes, ver Dunning (2000).

36. Essa tipologia se caracteriza pela busca em satisfazer um determinado mercado estrangeiro, ou um conjunto de mercados, sendo orientado pela demanda. Ou seja, relaciona-se com a procura de dotações imóveis localizados fora das fronteiras do país de origem, como tamanho do mercado, renda *per capita*, estrutura do mercado, acesso a mercados regionais e globais etc. Para mais detalhes, ver Dunning (2000).

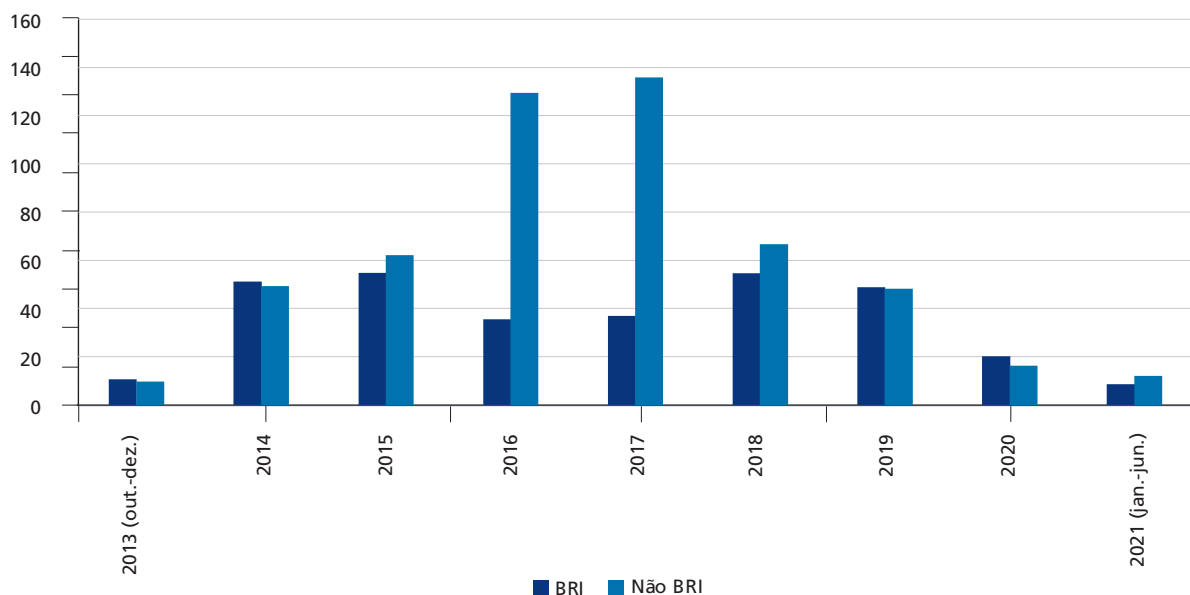
37. O AEI (2021) considera 144 países como participantes da BRI, de acordo com atualização de janeiro de 2021.

38. Esses dois anos fazem com que a média anual de investimentos não BRI seja de US\$ 58,85 bilhões, enquanto aqueles associados com a iniciativa apresentem uma média de cerca de US\$ 36 bilhões (AEI, 2021).

GRÁFICO 8

IED chinês (out./2013-jun./2021)

(Em US\$ bilhões)



Fonte: AEI (2021).

Elaboração dos autores.

A explicação parcial para essa discrepância reside na elevação significativa, durante o período mencionado, dos investimentos em território norte-americano, que recebeu US\$ 53 bilhões em 2016. Entretanto, cabe mencionar que os dados da AEI (2021) tendem a superdimensionar a categoria BRI, uma vez que integram este conjunto transações em países que viriam a aderir a ela somente em um momento posterior.³⁹ Ademais, há que se ter em mente que os investimentos poderiam fazer parte da BRI numa perspectiva do governo chinês, ainda que o país destinatário não seja signatário da iniciativa. No entanto, para todos os efeitos, seguimos a nomenclatura da fonte de dados usada neste trabalho.

A tabela 4 mostra a evolução do fluxo de investimento nos dez principais receptores de IED chinês, mostrados na tabela 2, considerando o período entre setembro de 2013 e primeiro semestre de 2021.

A tabela 4 sugere que a diferença entre investimentos BRI e não BRI em 2016 e 2017, já assinalada no gráfico 8, é explicada pelo aumento de IED nos Estados Unidos e nos principais europeus receptores de capital chinês. Esse grupo de países, dos quais apenas Rússia e Singapura fazem parte da BRI, responde por 55,26% do total de IED desde 2013.

39. Por exemplo, é contabilizado como investimento BRI transações que aconteceram na Itália a partir de 2014, sendo que o país somente aderiu à iniciativa em 2019.

TABELA 4

Fluxos de IED nos dez principais destinos de investimento (set./2013-jun./2021)

(Em US\$ milhões)

| Ano | Estados Unidos | Grã-Bretanha | Suíça | Austrália | Alemanha | Brasil | Singapura | França | Rússia | Canadá |
|--------------|----------------|---------------|---------------|---------------|---------------|---------------|---------------|---------------|---------------|---------------|
| 2013 | 16.120 | 6.500 | 0 | 8.580 | 800 | 3.020 | 1.370 | 890 | 5.310 | 470 |
| 2014 | 17.620 | 6.920 | 400 | 10.060 | 1.620 | 1.580 | 750 | 3.090 | 4.130 | 3.600 |
| 2015 | 17.800 | 3.310 | 4.360 | 10.480 | 1.690 | 3.230 | 4.470 | 2.820 | 4.010 | 1.340 |
| 2016 | 53.410 | 10.890 | 2.410 | 6.630 | 12.580 | 13.410 | 3.040 | 2.430 | 2.230 | 2.750 |
| 2017 | 23.400 | 28.930 | 45.370 | 5.040 | 7.120 | 8.570 | 13.260 | 1.350 | 600 | 2.440 |
| 2018 | 10.100 | 8.840 | 190 | 5.330 | 12.650 | 1.560 | 2.570 | 4.840 | 630 | 5.610 |
| 2019 | 3.290 | 12.400 | 0 | 2.470 | 5.530 | 2.030 | 2.250 | 4.450 | 4.480 | 2.750 |
| 2020 | 1.460 | 1.450 | 310 | 2.610 | 650 | 260 | 1.090 | 4.440 | 540 | 0 |
| 2021 | 580 | 420 | 0 | 0 | 100 | 2.940 | 140 | 1.080 | 360 | 0 |
| Total | 143.780 | 79.660 | 53.040 | 51.200 | 42.740 | 36.600 | 28.940 | 25.390 | 22.290 | 18.960 |

Fonte: AEI (2021).
Elaboração dos autores.

Dos europeus, Grã-Bretanha e Suíça receberam volumosos investimentos em 2017. Em menor medida, Brasil e Alemanha absorveram investimentos representativos em 2016, da ordem de US\$ 13,41 bilhões e US\$ 12,58 bilhões, respectivamente. Como exemplo, temos que a maior transação de investimento externo da China já registrada ocorreu na Suíça em 2017, quando a estatal China National Chemical (ChemChina) comprou 98% da Syngenta, empresa do setor agrícola líder no campo da pesquisa genética e biotecnologia, por US\$ 43 bilhões (Bloomberg, 2016). A maior parte do IED chinês se direcionou, portanto, para países não signatários da BRI (cerca de 60% do total), por meio da aquisição de ativos, embora exista uma tendência de redução no fluxo de capitais chineses nestes países a partir de 2018.

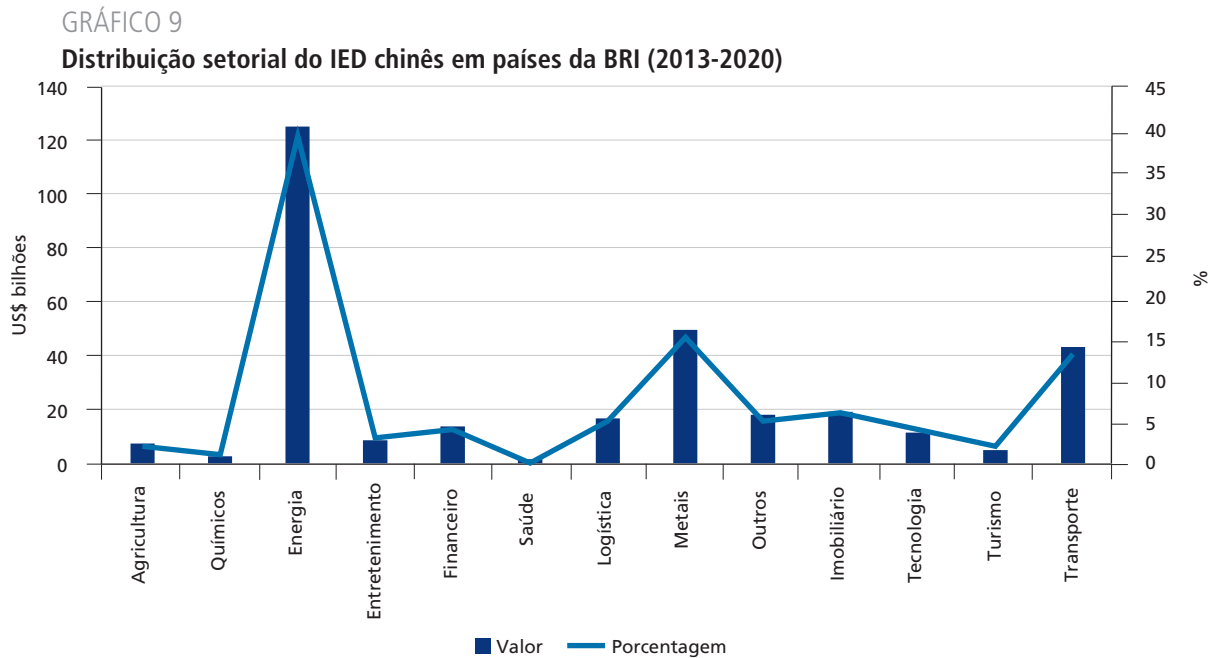
É importante pontuar que isso não significa que a BRI não cumpra o papel de induzir o investimento direto chinês nos países integrados a iniciativa: possivelmente, ainda não houve tempo para que a infraestrutura adicionada implique maior presença de firmas chinesas. No entanto, não se pode descartar a hipótese de que países, sobretudo de renda baixa e média, possam carecer de coordenação política para reduzir os riscos e incertezas para investidores (Du e Zhang, 2018).

Ou seja, o processo de construção de condições (econômicas, políticas, institucionais) necessárias para impulsionar os fluxos de IED ainda está em andamento. Com o tempo, tais países possivelmente deverão absorver maiores fluxos de capitais chineses. Há indícios de que os contratos de construção em infraestrutura, predominantes em signatários da BRI, possivelmente desempenhem o papel de facilitar conexões logísticas e melhorar as condições de negócio para futuras inversões, por parte tanto de estatais como de empresas privadas chinesas.⁴⁰

Com relação à distribuição setorial do IED chinês, também é possível intuir algumas diferenças observadas entre os países signatários da BRI e aqueles que ainda não o fizeram. Em certo sentido, essas se apresentam de forma marcante.

40. Outras características comuns a países da BRI, como instabilidade política, insegurança e ambiente regulatório frágil, também podem explicar a preferência por inversões em mercados mais consolidados até o momento. Além disso, os mercados desenvolvidos têm atrativos que vão além dos busca de recursos, como ativos estratégicos e grandes mercados consumidores. Ver relatório do Banco Mundial sobre perspectivas de investidores estrangeiros, disponível em: <<https://bit.ly/3LSwlos>>.

O gráfico 9 elucida a concentração dos investimentos em *commodities* (energia e metais), responsáveis por contabilizar 55% do total aplicado em países da BRI. Além destes, o único setor que supera os 10% de representação é o setor de transportes (13%), enquanto os demais apresentam pouca relevância no cômputo geral.



Fonte: AEI (2021).
Elaboração dos autores.

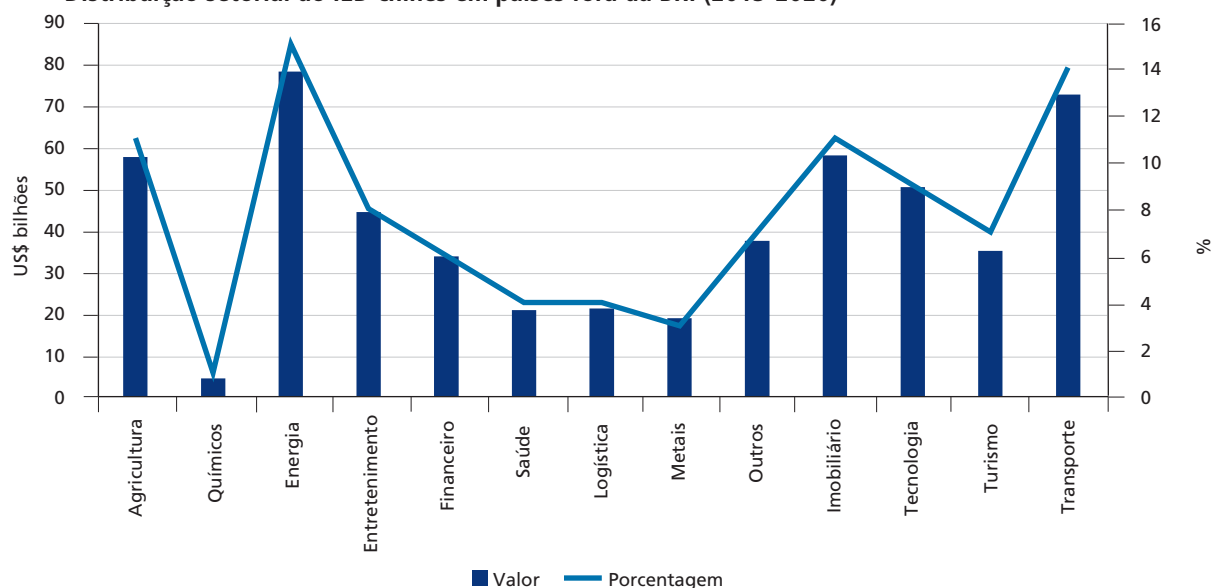
É possível notar, por meio do gráfico 10, maior diversificação dos fluxos de investimento chineses nos países que não fazem parte da BRI. Outros setores produtivos, além de energia e transportes, receberam aportes representativos, especialmente os mais intensivos em tecnologia. Esse quadro poderia ser explicado mais por meio de uma lógica geográfica e pelo perfil do desenvolvimento dos países parceiros do que pelo fato de ser signatário ou não da BRI.

Enquanto África, América Latina, Austrália e outros países asiáticos recebem a maioria dos investimentos em energia e recursos naturais e infraestrutura relacionada, Europa e Estados Unidos são o mercado prioritário para investimentos em serviços, mídias, telecomunicações, manufatura avançada e outras tecnologias (Jaguaribe, 2018).

Os investimentos no setor de energia, o principal foco do apetite chinês, direcionam-se em especial para o setor extrativo (petróleo, gás e carvão), revelando a pretensão do governo chinês em assegurar a segurança energética do país (Duarte, 2019; Martis e Valss, 2019). No caso dos países da BRI, cerca de 52% dos investimentos em energia são alocados nos setores de petróleo, gás e carvão, enquanto o percentual para países fora da iniciativa é de aproximadamente 40% (AEI, 2021).

GRÁFICO 10

Distribuição setorial do IED chinês em países fora da BRI (2013-2020)



Fonte: AEI (2021).
Elaboração dos autores.

Além de investimentos em países ricos em recursos, Du e Zhang (2018) inferem que os investidores chineses passaram a mostrar um interesse renovado na aquisição de novas tecnologias e marcas internacionalmente reconhecidas, refletindo mudanças estruturais na economia chinesa e o objetivo de fortalecer a competitividade internacional das empresas do país.

Desde 2013, foram destinados investimentos de US\$ 50 bilhões nos setores intensivos em tecnologia em países mais desenvolvidos,⁴¹ a maioria de fora da BRI, contrastando com os US\$ 11 bilhões alocados nos países que aderiram à iniciativa. Em termos de destino, US\$ 21 bilhões dos investimentos em tecnologia foram para os Estados Unidos, enquanto a Europa recebeu US\$ 25 bilhões. Predominaram, em ambos os casos, as aquisições, contabilizando US\$ 46 bilhões, ou 92% do total.

A preponderância de aquisições nos países desenvolvidos ajuda a explicar a baixa representação dos investimentos *greenfield* nos países fora da BRI (gráfico 11). As modalidades de investimento⁴² variam de fusões e aquisições (*brownfield*), novos investimentos (*greenfield*) e formação de *joint ventures*.

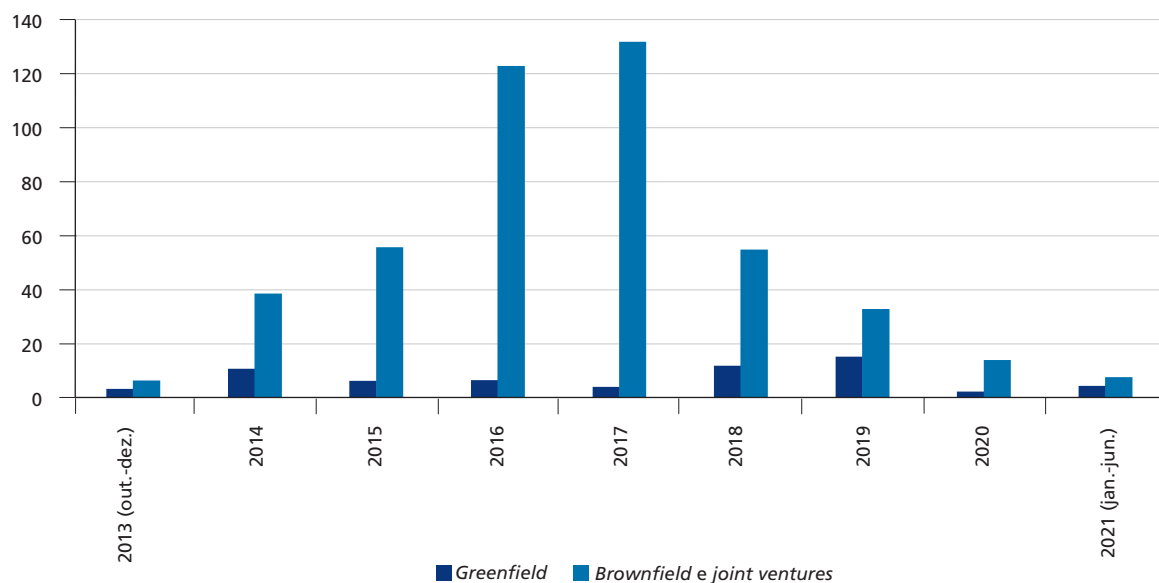
41. Destes US\$ 50 bilhões, cerca de US\$ 15 bilhões se direcionaram ao setor de telecomunicações, com investimentos de empresas como Huawei, Lenovo, Alibaba, Tencent, Bytedance, entre outras.

42. Enquanto os investimentos *greenfield* significam a exploração de um novo projeto, com elevação da capacidade produtiva, as operações *brownfield* significam a fusão ou aquisição de uma empresa residente em outra economia. No caso de uma *joint venture*, há a associação entre duas ou mais empresas para explorar um empreendimento, projeto ou atividade econômica em determinado país ou região.

GRÁFICO 11

Modalidade IED em países fora da BRI (set./2013-jun./2021)

(Em US\$ bilhões)



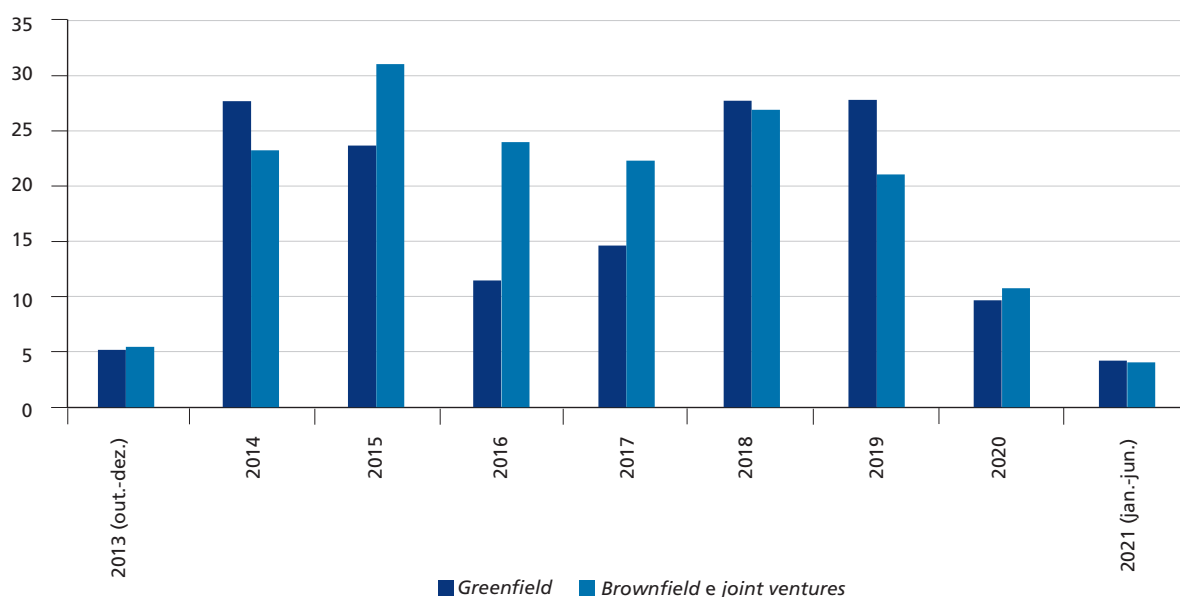
Fonte: AEI (2021).
Elaboração dos autores.

O gráfico 12, focado em países BRI, apresenta tanto a relevância dos investimentos *brownfield* quanto a presença de operações *greenfield* e formação de *joint ventures*.

GRÁFICO 12

Modalidade IED em países da BRI (set./2013-jun./2021)

(Em US\$ bilhões)



Fonte: AEI (2021).
Elaboração dos autores.

É possível sugerir, levando em conta a distribuição setorial e a modalidade do IED, que os investimentos chineses nos países fora da BRI, especialmente nos centros desenvolvidos, tendem a destinar-se para aquisição de empresas de tecnologia e aplicação em setores como manufatura, serviços, entre outros.⁴³ Ademais, é possível correlacionar os investimentos *greenfield* nos países da BRI com novos projetos no setor extrativo, como energia e mineração.

O recuo acentuado recente das aquisições chinesas nos países fora da BRI possivelmente retrata o aumento das restrições e suspeições relativas aos investimentos de empresas do país oriental (Scissors, 2021). Como é sabido, o setor de tecnologia, em especial telecomunicações, está no centro da competição sino-estadunidense contemporânea.

Os países-membros da BRI também foram afetados pelo recuo nos fluxos globais de IED chinês a partir de 2018. No entanto, essa queda se revelou menos acentuada em 2019 e 2020, com montantes inclusive superiores aos países fora do escopo da BRI nestes anos.⁴⁴ É possível que tal fato sugira uma possível tendência de direcionamento dos investimentos para países em desenvolvimento, que apresentam uma demanda maior por capitais chineses, especialmente em infraestrutura e áreas correlatas.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Nova Rota da Seda constitui, desde seu lançamento, em 2013, um tema formidável. Parece cada vez mais claro que os objetivos da China obedecem a uma cuidadosa tentativa de mitigar problemas estruturais da sua sociedade.

A ideia subjacente a uma cooperação “ganha-ganha” projeta *soft power*, mas também disponibiliza oportunidades para países signatários ou não da BRI. A extensa rede de canais de financiamento serve a diferentes propósitos, entre eles pavimentar o caminho para uma maior presença de investidores chineses, tanto de natureza privada quanto pública.

A queda verificada nos níveis de financiamento se explica por um conjunto de fatores, entre eles a reavaliação de práticas de empréstimo, a redução nas reservas internacionais e os efeitos da pandemia de covid-19. De toda forma, os bancos comerciais e as instituições multilaterais de crédito poderiam suprir essa lacuna, assegurando recursos para projetos de infraestrutura e, conseqüentemente, criando condições suplementares para uma maior presença de investimentos diretos.

Os setores de energia e transporte representam a maior parte dos financiamentos e investimentos. Nos próximos anos, é esperada uma recuperação nos aportes chineses, embora em bases menos volumosas e mais orientada para projetos menores e financeira e ambientalmente mais sustentáveis.

Argumenta-se que a BRI, enquanto plataforma projeção econômica internacional voltada ao longo prazo, ainda está construindo as condições políticas, econômicas e institucionais para impulsionar os fluxos de IED, embora os países fora da iniciativa ainda concentrem a maior parte dos fluxos de IED. Todavia, a maior resiliência dos países signatários da iniciativa à queda verificada a partir de 2018, combinada com maiores restrições ao IED chinês nos mercados desenvolvidos,

43. Desde 2013, apenas 12% dos investimentos chineses nos países fora da BRI são classificados como *greenfield*.

44. Em 2019 e 2020, os países da BRI absorveram US\$ 48,80 bilhões e US\$ 20,250 bilhões em investimentos chineses. Nos países fora da iniciativa, esse fluxo foi da ordem de US\$ 48,20 bilhões e US\$ 16,31 bilhões, respectivamente.

sugere um maior direcionamento desses investimentos aos países em desenvolvimento, mais carentes em recursos, especialmente para infraestrutura.

Os dados sobre os contratos de construção, a serem analisados em estudos posteriores, podem lançar luz sobre essas dinâmicas, confirmando ou não a possibilidade de seu papel, ao lado dos financiamentos, enquanto alicerces de um ecossistema assentado em interações econômicas mais robustas e com forte presença de investimentos diretos. Pode-se esperar, por fim, reconfigurações da iniciativa nos anos vindouros, com contornos ainda indefinidos e possivelmente influenciados pelas disputas geopolíticas entre China e Estados Unidos.

REFERÊNCIAS

- ACKER, K.; BRAUTIGAM, D. Twenty years of data on China's Africa Lending. **China-Africa Research Initiative**. Baltimore: John Hopkins, 2021. (Briefing Paper, n. 4). Disponível em: <<https://www.bu.edu/gdp/files/2021/03/CARI-GDPC-Policy-Brief-China-Africa-Lending.pdf>>.
- ADB – ASIAN DEVELOPMENT BANK. **Meeting Asia's Infrastructure Needs**. Mandaluyong: ADB, 2017. Disponível em: <<https://bit.ly/3plOMcz>>. Acesso em: 10 jun. 2021.
- AEI – AMERICAN ENTERPRISE INSTITUTE. **China Global Investment Tracker**. Washington: Heritage Foundation, 2021. Disponível em: <<https://www.aei.org/china-global-investment-tracker/>>. Acesso em: 19 jul. 2021.
- AIIB – ASIAN INFRASTRUCTURE INVESTMENT BANK. **Articles of Agreement**. 2015. Disponível em: <<https://bit.ly/3k3zCFT>>. Acesso em: 10 set. 2021.
- ALVES, A. As relações de investimento direto entre a China e os países de seu entorno. *In*: _____. (Org.). **Os BRICS e seus vizinhos: investimento direto estrangeiro**. Brasília: Ipea, 2014, p. 285-417.
- BARBOSA, P. H. B. **New kids on the block China's arrival in Brazil's electric sector**. Boston: Global Development Policy Center, 2020. Disponível em: <<https://bit.ly/2XzkQOp>>. Acesso em: 23 ago. 2021.
- BATISTA JÚNIOR, P. N. **O Brasil não cabe no quintal de ninguém**. São Paulo: LeYa, 2019.
- BIJIAN, Z. China's "peaceful rise" to great-power status. **Foreign Affairs**, New York, v. 84, n. 5, 2005.
- BLOOMBERG. Por que o governo chinês decidiu comprar a Syngenta? **El País**, 04 fev. 2016. Disponível em: <<https://bit.ly/3lKePGS>>. Acesso em: 20 set. 2021.
- CAI, P. Understanding China's Belt and Road Initiative. **Lowy Institute**, 22 mar. 2017. Disponível em: <<https://bit.ly/2UIS5xf>>. Acesso em: 12 ago. 2021.
- CARIELLO, T. **Investimentos chineses no Brasil: histórico, tendências e desafios globais (2007-2020)**. Rio de Janeiro: Conselho Empresarial Brasil-China, 2021.
- CDB – CHINA DEVELOPMENT BANK; UNDP – UNITED NATIONS DEVELOPMENT PROGRAM. **Harmonizing Investment and Financing Standards towards Sustainable Development along the Belt and Road: economic development along the Belt and Road**. [s.l.]: CDB; UNDP, 2019. Disponível em: <<https://bit.ly/3BaArCX>>. Acesso em: 20 set. 2021.
- CHANGHONG, P.; WEN, Z. **China outbound foreign direct investment promotion system**. New York: Springer, 2015.
- CHIN, G. T.; GALLAGHER, K. P. Coordinated credit spaces: the globalization of chinese development finance. **Development and Change**, v. 50, n. 1, p. 245-274, 2019. Disponível em: <<https://doi.org/10.1111/dech.12470>>.

- CHINA starts importing natural gas from Myanmar. **Financial Times**, 2021. Disponível em: <<https://on.ft.com/37GwTLv>>. Acesso em: 10 ago. 2021.
- CHINA'S April foreign exchange reserves rise to \$3.2 trillion. **Reuters**, 7 maio 2021. Disponível em: <<https://reut.rs/3hYSwfK>>. Acesso em: 22 jul. 2021.
- CINTRA, M. A. M.; PINTO, E. C. China em transformação: transição e estratégias de desenvolvimento. **Revista de Economia Política**, v. 37, n. 2, jun. 2017.
- CINTRA, M. A. M.; SILVA FILHO, E.; PINTO, E. C. (Org.). **China em transformação: dimensões econômicas e geopolíticas do desenvolvimento**. Rio de Janeiro: Ipea, 2015.
- CUNHA, A.; ACIOLY, L. China: ascensão à condição de potência global. *In*: CARDOSO, J. C.; ACIOLY, L.; MATIJASCIC, M. (Org.). **Trajetórias recentes de desenvolvimento: estudos de experiências internacionais selecionados**. Brasília: Ipea, 2009.
- DEUTSCHE BANK. **China's Belt and Road Initiative**. A guide to market participation. Frankfurt: Deutsche Bank, 2019. Disponível em: <https://cib.db.com/docs_new/DB_Belt-and-Road_Report.pdf>. Acesso em: 30 jul. 2021.
- DU, J.; ZHANG, Y. Does One Belt One Road initiative promote Chinese overseas direct investment? **China Economic Review**, v. 47, p. 189-205, fev. 2018.
- DUARTE, P. China's momentum: the "One Belt One Road" triple's securitisation. *In*: XING, L. (Ed.). **Mapping China's 'One Belt, One Road Initiative**. London: Palgrave Macmillan, 2019. (International Political Economy Series).
- DUNNING, J. H. The eclectic paradigm as an envelope for economic and business theories of MNE activity. **International Business Review**, v. 9, p.163-190, 2000.
- DUSSEL PETERS, E. Monitor of Chinese OFDI in Latin America and the Caribbean 2021. **Red ALC-China**, 31 mar. 2021. Disponível em: <<https://dusselpeters.com/344.pdf>>.
- ELLIS, E. China's bid to dominate electrical connectivity in Latin America. **The Jamestown Foundation**, 24 maio de 2021. Disponível em: <<https://bit.ly/3gTZwtX>>.
- GALLAGHER, K. **The China Triangle: Latin America's China boom and the fate of the Washington Consensus**. New York: Oxford University Press, 2016.
- _____. **China's global energy finance**. Boston: Global Development Policy Center, 2021. Disponível em: <<https://www.bu.edu/cgef/#/intro>>.
- GALLAGHER, K. P; MYERS, M. **China-Latin America Finance Database**. Washington: Inter-American Dialogue. 2021. Disponível em: <https://www.thedialogue.org/map_list/>.
- GAO, Y.; WANG, Q. China's Global Investment: structure, route and performance. *In*: JAGUARIBE, A (Org.). **Direction of Chinese Global Investments: Implications for Brazil**. Brasília: FUNAG, 2018.
- GRIFFITH-JONES, S.; XIAOYUN, L.; SPRATT, S. **The Asian Infrastructure Investment Bank: what can it learn from, and perhaps teach to, the multilateral development banks?** Sussex: Institute of Development Studies (IDS), 2016. (Evidence Report, n. 179).
- HANSSON, A.; HEDI, K. **Motives for internationalization: small companies in swedish incubators and science parks**. 2007. 48 f. Dissertação (Mestrado) – Curso de Business Studies, Universidade de Uppsala, Uppsala, 2007.
- HUANG, B.; XIA, L. China: ODI from the Middle Kingdom: What's next after the big turnaround. **BBVA Research**, fev. 2018. Disponível em: <<https://bit.ly/3o1LgTN>>.

- JAGUARIBE, A. Characteristics and directions of China's global investment drive. *In: _____*. (Org.). **Direction of Chinese Global Investments: Implications for Brazil**. Brasília: FUNAG, 2018.
- JENKINS, R. **How China is reshaping the global economy: development impacts in Africa and Latin America**. Oxford: Oxford University Press, 2019.
- JONES, L.; HAMEIRI, S. Debunking the myth of 'Debt-trap Diplomacy' how recipient countries shape China's Belt and Road Initiative. **Chattam House**, ago. 2020. Disponível em: <<https://bit.ly/2YocuK4>>. Acesso em: 1 out. 2021.
- KHANNA, P. **The future is Asian: commerce, conflict, and culture in the 21st Century**. New York: Simon & Schuster, 2019.
- KOTZ, R.; OURIQUES, H. A Belt and Road Initiative: uma análise sobre a projeção global da China no Século XXI. **Estudos Internacionais**, Belo Horizonte, v. 9, n. 2, p. 96-113, jul. 2021.
- KROEBER, A. **China's Economy: what everybody needs to know**. Oxford: Oxford University Press, 2020.
- LIN, J. Y.; WANG, Y. Development beyond aid. **Project Syndicate**, 8 May 2017. Disponível em: <<https://bit.ly/39GGhwz>>. Acesso em: 27 set. 2021.
- LIU, H.; XU, Y.; FAN, X. Development finance with Chinese characteristics: financing the Belt and Road Initiative. **Revista Brasileira de Política Internacional**, v. 63, n. 2, p. 1-15, 2020. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/0034-7329202000208>>.
- LOSANO, G. Ecuador's China-backed hydropower Revolution. **China Dialogue**, 21 ago. 2019. Disponível em: <<https://bit.ly/3AkNfW9>>. Acesso em: 9 set. 2021.
- MA, X.; GALLAGHER, K. P.; CHEN, S. China's global energy finance in the era of covid-19. **Global China Initiative**, 2021. Disponível em: <<https://bit.ly/3Ff7NTn>>.
- MARTINS, F.; VALLS, L. O Belt and Road Initiative e a transição de modelos de desenvolvimento econômico na República Popular da China. **Oikos**, Rio de Janeiro, v. 18, n. 3, 2019.
- MILHORANCE, F. BRICS mantêm coesão apesar de crises, baixa expectativa e Covid. **Diálogo Chino**, 17 set. 2021. Disponível em: <<https://bit.ly/3ivh4gz>>. Acesso em: 20 set. 2021.
- MINGEY, M.; KRATZ, A. China's Belt and Road: down but not out. **Rhodium Group**, 4 jan. 2021. Disponível em: <<https://rhg.com/research/bri-down-out/>>. Acesso em: 20 set. 2021.
- NDB – NEW DEVELOPMENT BANK. **NDB Annual Report 2020**. Shanghai: NDB, 2021. Disponível em: <<https://bit.ly/3BcNdAC>>. Acesso em: 24 set. 2021.
- NOGUEIRA, A.; HAFFNER, J. O papel do Estado Chinês nos Investimentos Externos Diretos (IDE) na América Latina. *In: SIMPÓSIO INTERNACIONAL PENSAR E REPENSAR A AMÉRICA LATINA*, 2., 2016, **Anais...** São Paulo: Eca, 2016. p. 1-15.
- OCDE – ORGANIZAÇÃO PARA A COOPERAÇÃO E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO. **OECD Benchmark Definition of Foreign Direct Investment**. Paris: OCDE, 2008.
- _____. **China's Belt and Road Initiative in the global trade, investment and finance landscape**. Paris: OECD, 2018.
- PAUTASSO, D.; DORIA, G.; NOGARA, T. A Nova Rota da Seda e o projeto chinês de globalização. **Insight Inteligência**, ed. 90, 2020. Disponível em: <<https://bit.ly/34Q2HzP>>.
- PINTO, E. C. O Eixo Sino-Americano e as transformações do sistema mundial: tensões e complementaridades comerciais, produtivas e financeiras. *In: LEÃO, R. P. F.; PINTO, E. C.; ACIOLY, L. (Org.). A China na nova configuração global: impactos políticos e econômicos*. Brasília: Ipea, 2010.

- POSANER, J.; BAYER, L. Hungary seals Chinese loan for Budapest-Belgrade railway. **Politico**, 24 abr. 2020. Disponível em: <<https://politi.co/3iwWts7>>. Acesso em: 17 set. 2021.
- RAY, R.; ALBRIGHT, Z. C.; WANG, K. **China-Latin America Economic Bulletin 2021 Edition**. Boston: Global Development Policy Center, 2021.
- RAY, R. *et al.* Geolocated dataset of Chinese overseas development finance. **Scientific Data**, v. 8, n. 1, 20 set. 2021. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1038/s41597-021-01021-7>>.
- RAY, R.; SIMMONS, A. Tracking China's overseas development finance. **Global Development Policy Center**, 7 dez. 2020. Disponível em: <<https://bit.ly/3AavB7p>>. Acesso em: 15 set. 2021.
- SACKS, D. Countries in China's Belt and Road Initiative: who's in and who's out. **Council on Foreign Relations**, 24 mar. 2021. Disponível em: <<https://on.cfr.org/3rmqpdF>>. Acesso em: 20 jun. 2021.
- SALIDJANOVA, N. Going out: an overview of China's outward foreign direct investment. **USCC Staff Research Report**, 2011. Disponível em: <<https://bit.ly/3AQ82Bz>>. Acesso em: 28 ago. 2021.
- SAUVANT, K. P.; CHEN, V. Z. China's regulatory framework for outward foreign direct investment. **China Economic Journal**, v. 7, n. 1, p. 141-163, jan. 2014.
- SCHERER, A. L. A nova estratégia de projeção geoconômica da China e a economia brasileira. **Revista Paranaense de Desenvolvimento**, Curitiba, v. 36, n. 129, jul. 2015.
- SCHUTTE, G. R.; DEBONE, V. S. A expansão dos investimentos externos diretos chineses: o caso do setor energético brasileiro. **Conjuntura Austral**, Porto Alegre, v. 8, n. 44, p.90-113, nov. 2017.
- SCISSORS, D. **China's global investment vanishes under COVID-19**. Washington: American Enterprise Institute, 16 jul. 2020.
- UNCTAD – UNITED NATIONS CONFERENCE ON TRADE AND DEVELOPMENT. **Methodological note: world investment report**. Geneva: UNCTAD, 2017. Disponível em: <<https://bit.ly/2PkNYF7>>. Acesso em: 30 ago. 2021.
- VAZQUEZ, K. C. Impacto no desenvolvimento, parceria público-privada e integração regional: caminhos possíveis para o Novo Banco de Desenvolvimento do BRICS. **Revista Tempo do Mundo**, n. 22, p. 175-188, 24 ago. 2020. Disponível em: <<https://www.ipea.gov.br/revistas/index.php/rtm/article/view/241>>.
- WANG, C. N. China Belt and Road Initiative (BRI) Investment Report H1 2021. **Green Belt and Road Initiative Center**, 27 jul. 2021. Disponível em: <<https://bit.ly/3AaXgEU>>. Acesso em: 22 set. 2021.
- YAN, X. From keeping a low profile to striving for achievement. **The Chinese Journal of International Politics**, v. 7, n. 2, p. 153-184, 22 abr. 2014. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1093/cjip/pou027>>.
- YIWEI, W. **The Belt and Road Initiative: what will China offer the world in its rise**. New York: New World Press, 2016.
- ZHA, D. China's economic diplomacy: focusing on the Asia-Pacific region. **China Quarterly of International Strategic Studies**, v. 1, n. 1, abr. 2015.
- ZHAO, K.; GAO, X. Pursuing the Chinese Dream: institutional changes of chinese diplomacy under president Xi Jinping. **China Quarterly of International Strategic Studies**, v. 1, n. 1, abr. 2015.

